

28/05/2019

Grande Imprensa

**CORREIO BRAZILIENSE - DF**

[Disputa por recursos na Esplanada](#)

**FOLHA DE S. PAULO - SP**

[Das ruas, Bolsonaro só ouve a voz que lhe convém](#)

[Protesto a favor](#)

[O que perdemos](#)

[Cartas de expressionista alemão mostram que ele foi simpático ao nazismo](#)

**O ESTADO DE S. PAULO - SP**

[Um país cansado](#)

**O GLOBO - RJ**

[Governo não pode achar que as ruas decidirão reformas](#)

[AGU pede ao STF que polícia possa agir em universidades](#)

Imprensa Estadual

**DIÁRIO DO SUL**

[Governo investirá R\\$ 204 milhões em bolsas](#)

**CORREIO DO POVO - RS**

[RS lança editais focados em pesquisa](#)

Agências de notícias e sites

**DIÁRIO DE JARAGUÁ**

[Governo anuncia investimento de R\\$ 94,7 milhões em bolsas universitárias](#)

**JORNAL DA MANHÃ - PR**

[UEPG se manifesta contra novos cortes de bolsas da Capes](#)

**R7**

[Onde você investiria meio bilhão de reais? Em armas ou na educação?](#)

**TRIBUNA HOJE**

[Além dos muros da Universidade](#)

**AGÊNCIA ESTADO**

[Um sistema perverso](#)

Agências de notícias e sites

**DIÁRIO DOS CAMPOS**

[UEPG se manifesta contra novos cortes de bolsas da Capes](#)

**ENGEPLUS**

[Governo anuncia investimento de R\\$ 94,7 milhões em bolsas universitárias](#)

**UFSC**

[Pioneiro na América Latina, projeto da UFSC estuda geração de energia com aerofólios](#)

**AGÊNCIA CÂMARA**

[Relator apresenta parecer preliminar sobre LDO e defende prorrogação do Fundeb](#)

**AGÊNCIA GLOBO**

[Somente quatro de 20 metas do Plano Nacional de Educação foram parcialmente cumpridas](#)

**A REDE**

[O pró-reitor de Pesquisa e Pós-graduação, Giovani Favero, comentou que o corte "é um duro golpe na pesquisa brasileira realizada nas Universidades Estaduais"](#)

**CATRACA LIVRE**

[Estudantes e professores se unem em 2º ato pela Educação](#)

**GAZETA DO POVO - PR**

[Como uma bolsista de ciências sociais tornou o Brasil referência na Itália](#)

## **JORNAL GRANDE BAHIA**

[Sem verbas e bolsas, pesquisas e atendimentos especializados correm risco de parar: Governo Bolsonaro promove grave retrocesso nas ciências do Brasil](#)  
[FIDI se une à entidades filantrópicas em Brasília em defesa do setor](#)

## **LEIA JÁ**

[UPE abre inscrições para mestrado em educação](#)

## **METRÓPOLES**

[Norte e Nordeste têm maior número de pessoas sem ensino fundamental](#)

## **PORTAL DO AGRONEGÓCIO**

[Cientistas desvendam mecanismo de percepção do frio na macieira](#)

Mídia Internacional

## **ARGENTINA**

[Desde Agroindústria aseguran que los tamberos recuperaron rentabilidad](#)

Imprensa Estadual

## **DCI - SP**

[As lições do caso Joana D'Arc](#)

## **GAZETA DO POVO – PR**

[Como uma bolsista de ciências sociais tornou o Brasil referência na Itália](#)

## **DESTAK**

[EAD se consolida no Brasil](#)

Agências de notícias e sites

## **AGÊNCIA GLOBO**

[Brasil e Alemanha: os contrastes na Educação e Ciência](#)

## **BLOG DO LUÍS NASSIF**

[O Brasil em Tempos de Paz Punitiva, por Mauricio Metri](#)

## **BRASIL DE FATO**

[Cortes de bolsas nas universidades impedirão pesquisa sobre novos medicamentos](#)  
[“Desenvolvimento do PR será afetado com corte de bolsas em pesquisa”, diz pró-reitor](#)

## **GOVERNO DO GOIÁS**

[Lacen contribui com pesquisa da Fiocruz sobre arbovírus](#)

## **JC ONLINE**

[Semana decisiva para as universidades federais](#)

## **REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA**

[Britannica Escola abre página no YouTube](#)

## **G1**

[Profissionais da educação de MT entram em greve por tempo indeterminado](#)

## **CORREIO BRAZILIENSE - DF - BRASIL**

**Disputa por recursos na Esplanada**

**ORÇAMENTO**

O Supremo Tribunal Federal (STF) avalia dividir entre três áreas, e não só para a educação, os R\$ 2,5 bilhões pagos pela Petrobras no âmbito de um acordo fechado com a Justiça dos Estados Unidos, referente à devolução de dinheiro desviado da estatal no escândalo do mensalão. Os crimes e fraudes foram descobertos na Operação Lava-Jato. Os recursos foram transferidos ao Brasil pelas autoridades norte-americanas e, além da

educação, poderão beneficiar ainda os setores de saúde e de segurança.

De acordo com o presidente Jair Bolsonaro (PSL), a intenção era que a totalidade ou a maioria desse valor fosse investido na educação. No último dia 20, por meio de redes sociais, ele reafirmou esse propósito. “Temos a intenção de destinar grande parte ou todo o valor da multa da Petrobras, acordada com a Lava-Jato, ao Ministério da Educação, equivalente a R\$ 2,5 bilhões. O dinheiro, que retorna ao Brasil, pode ser aplicado em áreas sem ligação com a petrolífera”, escreveu.

No entanto, há opiniões diferentes sobre a destinação do dinheiro. O ministro da Justiça, Sérgio Moro, quer investimento no Fundo Penitenciário (Funpen). Já o ministro da Economia, Paulo Guedes, e a procuradora-geral da República, Raquel Dodge, são a favor de que o dinheiro seja repassado ao Ministério da Educação (MEC). Para Dodge, o alcance dos objetivos constitucionais “depende de educação de qualidade, que se inicia pela formação das crianças na educação básica, que deve ser financiada em favor da sociedade, de forma impessoal, transparente, pública e eficiente”.

O Ministério Público Federal no Paraná planejava criar um fundo privado para gerir os recursos recuperados. O projeto previa a criação de uma fundação para destinar parte dos recursos a iniciativas sociais. Em março, a PGR pediu a anulação da decisão que homologou o acordo feito em Curitiba, mas pediu a manutenção do dinheiro no Brasil. Dias depois, o ministro Alexandre de Moraes, do STF, decidiu favoravelmente ao pedido da PGR.

O acordo entre a estatal e o MPF foi totalmente suspenso. Agora cabe à corte decidir onde será alocado o valor. Segundo o advogado de direito público Igor Tamasauskas, o destino dos recursos poderá ser definido por julgamento coletivo ou por decisão do próprio ministro Alexandre de Moraes, relator do caso. Se o governo não chegar a um consenso, é possível que a decisão final caiba ao plenário do STF.

“A questão voltou para o Estado decidir onde investir os recursos. Acontece que os ministérios x e y também estão pleiteando. Virou uma disputa por verba pública em vez de ser um ressarcimento de danos à sociedade”, diz Tamasauskas.

O montante bilionário surge como uma esperança no fim do túnel para o contingenciamento de verbas do orçamento federal. No início do mês, o MEC anunciou o bloqueio de 30% das dotações de custeio e investimentos das universidades federais. No último dia 15, ocorreram manifestações nacionais contra os cortes. Para o próximo dia 30, está previsto um segundo ato nacional em defesa da educação.

#### Fiscalização ambiental em xeque

O subprocurador-geral do Tribunal de Contas da União (TCU) Lucas da Rocha Furtado pediu abertura de inquérito para apurar “possível ineficiência e deficiente fiscalização” dos órgãos públicos ambientais. A solicitação atende a uma representação feita à Procuradoria-Geral da República por 50 organizações não governamentais (ONGs). O subprocurador destaca uma série de iniciativas do governo, citadas pelas ONGs, que visariam desorganizar a atual política ambiental, como a “extinção de colegiados e a perseguição a agentes públicos”.

topo ↕

**FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO**



## **Das ruas, Bolsonaro só ouve a voz que lhe convém**

### **Para presidente, povo se resume a quem vestiu verde e amarelo no domingo**

Ao se fiar nas manifestações de Jair Bolsonaro durante e após os atos de domingo (26), o presidente acredita que o povo brasileiro se resume aos que saíram a público com a camisa da seleção. Das ruas, Bolsonaro só escuta o que lhe convém.

O mar de gente que entupiu espaços públicos em 15 de maio nos protestos pela educação —em mais cidades e, na maioria delas, em número superior ao deste domingo— não é povo, mas idiotas, imbecis, inocentes nas mãos da corja do apagador e giz.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/ranier-bragon/2019/05/das-ruas-bolsonaro-so-ouve-a-voz-que-lhe-convem.shtml>

topo ↕

## **FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO**

### **Protesto a favor**

#### **Manifestações de domingo foram mais a favor das reformas do que contra as elites**

Meu grupo de pesquisa na USP investigou a questão, perguntando aos manifestantes na avenida Paulista qual, entre uma lista de motivos, tinha sido o determinante para irem às ruas. O resultado foi surpreendente. Não foi nem o apoio à Lava Jato (8%) nem a rejeição ao STF (6%) nem o rechaço ao centrão (6%) o que motivou os manifestantes, mas o “apoio às reformas” (75%).

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/pablo-ortellado/2019/05/protesto-a-favor.shtml>

topo ↕

## **FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO**

### **O que perdemos**

#### **Conquistas indígenas voltam a ser ameaçadas**

Como em um pesadelo, vejo o mundo que me constitui ameaçado por todos os lados, sem exceção. Professora e cientista da área de humanas, formada na UFRJ com o auxílio de bolsas de estudo e pesquisas, dediquei a minha vida ao estudo e à defesa das populações indígenas amazônicas. Soma-se a isso o fato de o Museu Nacional, meu local de trabalho, além da mais longa instituição de pesquisa e mais importante museu de ciências do Brasil, ter sido destruído por um fogo que poderia ter sido evitado se as verbas públicas tão solicitadas por nós tivessem chegado a tempo.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2019/05/o-que-perdemos.shtml>

topo ↕

## **FOLHA DE S. PAULO - SP - ILUSTRADA**

### **Cartas de expressionista alemão mostram que ele foi simpático ao nazismo**

#### **Posição política de Emil Nolde, que foi proibido de pintar, surpreendeu estudiosos de sua obra**

São Paulo

No início do mês passado, o noticiário alemão deu destaque a dois quadros do expressionista Emil Nolde que estavam sendo removidos da parede do gabinete da chanceler Angela Merkel.

As conexões com o Ministério da Propaganda, com o Ministério da Educação e o Ministério das Relações Exteriores, porém, não impediram que Nolde fosse, em agosto de 1941, ele próprio proibido de fazer as suas pinturas.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2019/05/impeachment-de-bolsonaro-esta-fora-da-agenda-de-rodrigo-maia.shtml>

topo ↕

## **O ESTADO DE S. PAULO - SP - ECONOMIA & NEGÓCIOS**

### **Um país cansado**

E-MAIL: [ANAAC@UOL.COM.BR](mailto:ANAAC@UOL.COM.BR) ESCREVE ÀS TERÇAS-FEIRAS

Manifestações populares são expressões legítimas da democracia. São também termômetros da sociedade, indicando preferências da população. O Brasil assistiu a duas manifestações recentes. Uma motivada pelo contingenciamento de recursos na educação e outra por uma pauta mais difusa, mas que surpreendentemente acabou por se firmar como um grito em favor da reforma da Previdência.

Educação é o grande motor de transformação e o maior instrumento de combate à desigualdade social. Apesar disso, o tema nunca mobilizou as massas no Brasil, tampouco foi prioridade absoluta nas ações públicas. A par de ações de pouco efeito prático como o batismo de “pátria

educadora” há alguns anos, as conquistas recentes se limitam à alocação de volumes crescentes de recursos, mas sem que um avanço proporcional de qualidade seja observado. Há melhorias a serem celebradas, como a universalização do acesso e o número médio de anos de escolaridade da nossa população, que dobrou nos últimos 20 anos. Mas ainda estamos muito longe de ombrearmos-nos a países pares e nossos níveis de aprendizagem ainda são muito baixos. Particularmente no ensino básico, a qualidade da educação brasileira nos coloca no topo dos rankings que medem ineficiência dos gastos, com os baixos resultados andando com volumes elevados de gastos. Um contrassenso amplamente documentado por estudos da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Com gastos que equivalem a 6% do PIB, o Brasil investe em educação mais do que a média dos países desenvolvidos, mas nossos níveis de aprendizagem estão abaixo dos do Chile ou do México, que investem bem menos. Há algo errado, portanto, no modelo, na alocação e gestão dos recursos, nas políticas implantadas e nos seus controles e avaliações, e nos processos que consomem muito dinheiro público e não geram resultados.

Infelizmente não foram essas constatações que levaram as pessoas às ruas no último dia 15 de maio. Motivados pelo tema certo, brasileiros (dentre eles vários estudantes) empunhavam bandeiras que pouco têm a ver com a realidade da educação brasileira e em nada ajudarão a melhorá-la. Precisamos priorizar a educação no Brasil. Mas para que isso aconteça, há que se cobrar que políticas públicas sejam eficientes e constantemente avaliadas e não defender o desperdício de recursos, perdidos em projetos desconexos, de baixo impacto e sem controle. Há que se entender (e questionar) as despesas com pessoal, que consomem quase que a totalidade dos orçamentos das universidades públicas, não sobrando espaço para investimentos em pesquisa e desenvolvimento – e possibilitando tragédias como as do incêndio do Museu

Nacional. Melhorar a educação não é gritar contra contingenciamento de recursos sem também defender o foco na educação básica, na capacitação de professores e sua devida valorização, desde que acompanhadas de avaliação de desempenho e remuneração com base no aprendizado do aluno – e não nas pautas sindicais cujos pleitos ignoram a educação. Há que se defender a criação de uma nova carreira do magistério, que leve em conta o desenvolvimento do profissional da educação, remunerar e valorizar o professor cuja vocação e esforço estejam voltados ao aluno e o incentive a se capacitar em trilhas de conhecimento que reverterão em prol do seu desempenho em sala de aula. Mas nada disso estava lá. Perdemos a oportunidade de, uma vez reunidos em prol da educação no Brasil, a defendermos de verdade. Faltou entendimento e faltou informação.

Neste último domingo, a população voltou às ruas. Em reação à manifestação anterior, o mote inicial era se posicionar pró-governo e contra o establishment – como se nisso não houvesse uma contradição. Mas o que se viu, ao fim e ao cabo e descontados os excessos que já se tornaram norma, foi uma massa de pessoas clamando por reformas. Em particular aquela que era tratada como a mais impopular de todas, a reforma da Previdência. Isso não é pouca coisa. Num país em que a coletividade difusa paga a conta cada vez mais alta dos privilégios daqueles que abocanham fatias crescentes do Orçamento público, ver o povo se manifestando a favor da reforma é um sinal claro de que a população se cansou. Se cansou do desemprego, do desalento, da falta de perspectivas, da procrastinação. Não se pode mais adiar as pautas prioritárias e continuar a condenar o País à mediocridade e à pobreza. Chega, estamos todos cansados. ECONOMISTA E SÓCIA DA CONSULTORIA OLIVER WYMAN. O ARTIGO REFLETE EXCLUSIVAMENTE A OPINIÃO DA COLUNISTA

topo ↕

## O GLOBO - RJ - EDITORIAL

### **Governo não pode achar que as ruas decidirão reformas**

### **Nas manifestações, mudanças na Previdência receberam apoio, mas o foco tem de ser o Congresso**

O domingo de manifestações em favor do governo Bolsonaro, realizadas em 156 cidades, distribuídas pelos 26 estados e o Distrito Federal, serviu para mostrar que a direita chegou mesmo às ruas, que eram monopólio da esquerda até junho de 2013, quando atos espontâneos, à margem das máquinas sindicais lulopetistas, denunciaram a má qualidade dos serviços públicos e da infraestrutura.

É possível inferir que a grande maioria dos que se vestiram de verde e amarelo no fim de semana seja bolsonarista de raiz, sem representantes daquela parcela dos eleitores do ex-capitão que votaram nele movidos por um forte sentimento anti-petista. Demonstrem pesquisas que estes já abandonaram o presidente.

O pretexto da mobilização foi a resposta a passeatas, também realizadas em todo o país, em defesa da Educação, depois que o novo ministro da área, Abraham Weintraub, fez um pronunciamento desastroso para anunciar "cortes" no MEC, quando, na verdade, era um contingenciamento. O ministro aproveitou para fazer críticas de fundo ideológico a universidades, em que reinariam "bagunça" e "balbúrdia". Com isso, deu pretexto para a oposição organizar as manifestações, de que se aproveitaram até mesmo corporações sindicais de servidores públicos, privilegiadas na atual Previdência, e levaram às ruas palavras de ordem contra a reforma.



O bolsonarismo entendeu que deveria responder às manifestações de "esquerda", embora a defesa da educação seja uma bandeira suprapartidária. Foram, então, organizadas as passeatas a favor do governo, algo pouco visto, e que costuma ocorrer em regimes autoritários, como o de Nicolás Maduro, na Venezuela.

A iniciativa abriu espaço para a ex-trema direita pregar o fechamento do Congresso e do STF, uma manifestação golpista. Bolsonaro agiu de forma correta ao desautorizar este discurso. Enfim, a presença desses radicais foi desprezível.

Quanto mais não seja, o domingo serviu para reafirmar a popularidade do ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, que tem sido batido no governo em questões como a das armas. E demonstrar um inédito apoio ao ministro da Economia, Paulo Guedes, que trata de executar um ajuste a partir da Previdência, tema impopular. Mostra que a classe média que ocupou a Paulista e a Avenida Atlântica, além de vias principais em várias outras cidades, demonstra ter mais consciência que políticos da oposição.

Passada, porém, a manifestação a favor, deve o governo se voltar aos entendimentos com o Congresso, espaço institucional para as mudanças necessárias nas leis, a fim de que o país saia da estagnação em que se encontra. Não pode considerar que avanços que venham a ser alcançados na reforma da Previdência e outras se deverão às pressões das ruas, usadas quase sempre com intenções antidemocráticas.

topo ↕

## **O GLOBO - RJ - SOCIEDADE**

### **AGU pede ao STF que polícia possa agir em universidades**

#### **Advocacia-Geral da União quer autorização para ações contra propaganda eleitoral irregular**

O ministro da Advocacia-Geral da União (AGU), André Mendonça, enviou na última sexta-feira ao Supremo Tribunal Federal (STF) um pedido para que juízes possam autorizar a entrada da polícia em universidades públicas e coibir propaganda eleitoral irregular.

Mendonça assina o pedido junto à secretária-geral de Contencioso da AGU, Izabel Vinchon Nogueirade Andrade. O texto destaca que os princípios da liberdade de expressão e da autonomia universitária devem ser ponderados quando em conflito com outros princípios "igualmente relevantes", como o da regularidade, igualdade e legitimidade do processo eleitoral.

O documento volta a jogar luz sobre uma polêmica criada no ano passado, quando faixas "contra o fascismo" foram colocadas nas fachadas de universidades durante o período eleitoral.

Ações policiais foram registradas em diferentes estados e o plenário do STF referendou por unanimidade, em outubro, uma decisão liminar da ministra Cármen Lúcia suspendendo os efeitos de atos de fiscais eleitorais que entraram em várias universidades e impediram manifestações políticas.

Os agentes cumpriam ordem de juízes eleitorais que entenderam se tratar de propaganda eleitoral irregular. O Supremo decidiu que não se tratava de propaganda, mas de manifestação de opinião política, porque não havia pedido de votos nem números ou nomes de candidatos nas faixas.

Também foram suspensas decisões determinando o recolhimento de documentos, a interrupção de aulas, debates ou manifestações de professores e alunos universitários.

## JULGAR CASO A CASO

Segundo o ministro da AGU, não é possível haver uma decisão proibindo de forma geral a ação dos fiscais eleitorais em nome da liberdade de expressão e de ensino. Cada caso deve ser, então, analisado individualmente pelo juiz eleitoral da região, responsável por verificar se houve algum tipo de abuso ou não.

"Ressalte-se que a universidade deve sim ser reconhecida como um espaço de livre debate de ideias, mas sem a prevalência de corrente de pensamento específica, e que, eventualmente, essa parcialidade possa interferir no processo eleitoral de forma ilegal", diz trecho do documento.

Mendonça destacou também que uma lei de 1997 atribui à Justiça Eleitoral o poder de analisar as suspeitas de propaganda eleitoral irregular, "o que deve ser feito diante dos fatos, provas, indícios e circunstâncias". E que os juízes eleitorais podem inclusive "utilizar-se do poder de polícia para fazer cessar atos e ações que configurem propaganda irregular ou ilícita".

A interpretação da lei, diz a AGU, tem sido no sentido de vedar a propaganda eleitoral no interior de prédios e órgãos públicos, bem como nos bens de uso comum ou de acesso geral à população.

"Em outros termos, eventuais divergências sobre o caráter político-partidário dos atos ocorridos dentro das universidades não devem ser resolvidas de forma abstrata e geral", diz trecho do documento, concluindo: "de modo diverso, sua solução deve permanecer sob a incumbência do juízo eleitoral competente para cada caso, o qual, analisando o conjunto fático-probatório que compõe o processo, decidirá acerca da ocorrência ou não de publicidade irregular".

## PEDIDO DA PGR

A decisão do STF foi tomada a pedido da procuradora-geral da República, Raquel Dodge. A liminar de Cármen Lúcia é de 27 de outubro de 2018. Na sessão do dia 31 de outubro, o plenário da Corte referendou a liminar, mas não tomou uma decisão definitiva sobre o caso. Posteriormente, a relatora solicitou informações à AGU.

No parecer enviado ao STF, Mendonça também apontou o que entende serem falhas técnicas no pedido da Procuradoria-Geral da República (PGR) que inviabilizariam a ação.

Para Daniel Falcão, professor do Instituto Brasiliense de Direito Público, a questão maior é definir o que é propaganda eleitoral e o que é manifestação livre do pensamento.

— Nas eleições do ano passado, juízes pediram que as universidades tirassem as faixas, mas aquilo não era propaganda eleitoral. Para ser considerado propaganda, tem que



pedir votos ou divulgar o número de um candidato ou partido. — explica o especialista em Direito Eleitoral e Constitucional. — Se for realmente propaganda eleitoral, não é salutar que esteja numa universidade pública. Mas será que a polícia vai estar bem instruída para diferenciar o que é propaganda e o que não é?

Falcão lembrou que, no domingo passado, manifestantes arrancaram uma faixa “Em defesa da educação” da faixa da de uma universidade. Não era propaganda eleitoral.

topo ↕

## **DIÁRIO DO SUL - TEMPO REAL**

### **Governo investirá R\$ 204 milhões em bolsas**

O governo do Estado confirmou ontem um investimento de R\$ 204 milhões este ano pelo Programa de Bolsas Universitárias de Santa Catarina (Uniedu) – o dobro do investido no ano passado, quando foram repassados R\$ 109 milhões ao programa.

Do valor anunciado, R\$ 110 milhões foram aplicados neste primeiro semestre. Os outros R\$ 94,7 milhões serão para a segunda metade do ano.

A previsão é de que a verba seja disponibilizada em cursos presenciais de graduação, licenciatura, especialização, mestrado e doutorado. O anúncio foi feito pelo governador Carlos Moisés e pelo secretário de Estado da Educação, Natalino Uggioni, na presença do diretor de Formação de Professores da Educação Básica da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, Carlos Lenuzza.

“Fizemos um comparativo no que se investiu em bolsas de graduação e pós-graduação, tanto stricto sensu quanto lato sensu, e o que trazemos hoje é a disponibilidade do governo de investir mais que o dobro neste ano. É um anúncio relevante principalmente para o nosso aluno carente, que precisa de um apoio do Estado. Temos que trabalhar muito o ensino fundamental e médio, mas também apoiar o aluno que conseguiu chegar ao ensino superior”, afirmou o governador.

De acordo com o secretário Natalino Uggioni, os recursos são do Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior (Fumdes), e também atendem à formação de professores. “Serão 1.986 novas bolsas. Além de ampliarmos a oferta, temos novidades como licenciaturas para comunidades quilombolas, indígenas, e também duas especializações com foco inovador”, afirma o secretário.

Entre as licenciaturas, serão ofertadas 910 bolsas para cursos de Inglês, Química e Física. Com habilitação em Pedagogia, os números de benefícios chegam a 200 para as comunidades quilombolas, indígenas kaingang (aldeia kondá) e laklãnõ xokleng (terra indígena ibirama laklãnõ).

topo ↕

## **CORREIO DO POVO - RS - GERAL**

### **RS lança editais focados em pesquisa INOVAÇÃO TECNOLÓGICA**

O governo do Estado anunciou ontem um investimento de R\$ 21 milhões para quatro editais de pesquisa científica e inovação tecnológica. Os programas foram lançados pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (Fapergs), vinculada à Secretaria de Inovação, Ciência e Tecnologia (Sict), e são resultado de parcerias com entidades do governo federal e de São Paulo. Do total de recursos, aproximadamente

60% são oriundos dos cofres gaúchos.

O maior dos editais é o Programa Pesquisador Gaúcho (PqG), que conta com um investimento de R\$ 10 milhões para atender até 300 projetos de todas as áreas do conhecimento. Já a Cooperação Fapergs/Fa-pestp prevê R\$ 6 milhões para iniciativas que tenham participação de equipes gaúchas e paulistas.

A fundação do Rio Grande do Sul aportará até R\$ 2 milhões e a de São Paulo será responsável pelo restante.

O Programa Doutor Empreendedor (PDEmp) também é considerado inovador. Através dele, a Fapergs, em parceria com o Sebrae/RS e com o CNPq, almeja criar um modelo para outros estados, transformando o conhecimento gerado nas pesquisas em valor para a sociedade. Ao todo, a iniciativa prevê R\$ 3,39 milhões para apoiar 20 propostas de criação, por doutores, de empresas de base tecnológica.

O Programa Centelha, por sua vez, é do governo federal e foi implementado por meio de parceria da Fapergs com a Financiadora de Inovação e Pesquisa (FINEP). O edital tem como parceiros no Estado o Badesul, o Sebrae e a Rede Gaúcha de Ambientes de Inovação (Reginp). O objetivo é apoiar a criação de 50 startups de base tecnológica com o aporte de cerca de R\$ 1,8 milhão — R\$ 1,1 milhão da FINEP e R\$ 735 mil da Fapergs. O secretário da SICT, Luís Lamb, disse que, em um cenário de contingenciamentos na geração de conhecimento no país, o Estado mostra que está alinhado e é parceiro da pesquisa.

O diretor-presidente da Fapergs, Odir Antônio Dellagostin, afirmou que os editais representam um grande investimento em um período de sérias dificuldades financeiras no orçamento do Ministério da Ciência, do CNPq e da CAPES. O governador Eduardo Leite disse que sua gestão tem compromisso com pesquisa, inovação e tecnologia. "Estou otimista de que vamos encaminhar condições estruturantes para o Rio Grande do Sul."

topo

## DIÁRIO DE JARAGUÁ - TEMPO REAL

**Governo anuncia investimento de R\$ 94,7 milhões em bolsas universitárias**  
**A previsão é de que a verba seja disponibilizada em cursos presenciais de**  
**Graduação, Licenciatura, Especialização, Mestrado e Doutorado**

O Governo do Estado confirmou nesta segunda-feira, 27, um investimento de R\$ 94,7 milhões pelo Programa de Bolsas Universitárias de Santa Catarina (Uniedu) durante o segundo semestre deste ano. A previsão é de que a verba seja disponibilizada em cursos presenciais de Graduação, Licenciatura, Especialização, Mestrado e Doutorado. O anúncio foi feito pelo governador Carlos Moisés e pelo secretário de Estado da Educação, Natalino Uggioni, na presença do diretor de Formação de Professores da Educação Básica da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)**, Carlos Lenuzza.

“Fizemos um comparativo no que se investiu em bolsas de graduação e pós-graduação, tanto stricto sensu quando lato sensu, e o que trazemos hoje é a disponibilidade do governo de investir mais que o dobro neste ano. É um anúncio relevante principalmente para o nosso aluno carente que precisa de um apoio do Estado. Temos que trabalhar muito o ensino fundamental e médio, mas também apoiar o aluno que conseguiu chegar

ao ensino superior", afirmou o governador.

De acordo com o secretário Natalino Uggioni, os recursos são do Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior (Fumdes) e também atendem à formação de professores. "Serão 1.986 novas bolsas. Além de ampliarmos a oferta, temos novidades como Licenciaturas para comunidades Quilombolas, Indígenas e também duas Especializações com foco inovador", afirma o secretário.

Entre as licenciaturas, serão ofertadas 910 bolsas para cursos de Inglês, Química e Física. Com habilitação em Pedagogia, os números de benefícios chegam a 200 para as comunidades Quilombolas, Indígenas Kaingang (Aldeia Kondá) e Laklãnõ Xokleng (Terra Indígena Ibirama Laklãnõ).

Novos cursos de especialização

Entre as novidades, está a oferta de duas Especializações com 400 vagas no curso de Inovação na Educação e 110 em Educação e Segurança Humana. Nas demais formações em Especialização, Mestrado e Doutorado, serão oferecidas 366 bolsas.

As instituições de ensino superior que tiverem interesse em aderir ao programa ou em ofertar os novos cursos propostos deverão enviar os projetos após publicação do edital, que será realizada no site da Secretaria de Educação nos próximos dias.

A necessidade de abertura dos cursos foi diagnosticada após estudos das equipes da Secretaria de Estado da Educação e Gerências Regionais de Educação com base na necessidade do corpo docente de Santa Catarina.

Outro destaque é que, em breve, os interessados poderão fazer o cadastro no site do Uniedu a qualquer momento, ou seja, não haverá mais um período de cadastramento como era feito até então. "É uma forma de desburocratizar o processo e ampliar as oportunidades", diz o secretário.

De acordo com a secretaria da Educação, os valores previstos para o segundo semestre chegarão a R\$ 70 milhões pelo Artigo 170 da Lei Estadual Complementar 281/2005 e a R\$ 24,7 milhões pelo Artigo 171 da Lei Estadual Complementar 407/2008. Os recursos vão beneficiar o Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional (Proesde), que visa a concessão de bolsas para estudantes de graduação em áreas estratégicas e de licenciaturas.

topo ↕

**JORNAL DA MANHÃ - PR - TEMPO REAL**

**UEPG se manifesta contra novos cortes de bolsas da Capes**

**O pró-reitor de Pesquisa e Pós-graduação, Giovani Favero, comentou que o corte "é um duro golpe na pesquisa brasileira realizada nas Universidades Estaduais"**

A Universidade Estadual da Bahia e o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação (Foprop) promoveram, entre os dias 23 e 24 de maio, um encontro com representantes das Universidades Estaduais, Municipais e Comunitárias do Brasil. Após congelamento de bolsas não utilizadas em abril, o Representante da Diretoria do Programa de Bolsas no País (Capes), Lucas Resende Salviano, informou que, em junho, serão congeladas 70% das substituições de bolsistas de cursos nota 3 "antigos" e, em julho, outros 30% nos nota 4.



São considerados antigos os cursos que obtiveram a mesma nota em duas avaliações consecutivas. Os pró-reitores foram informados que não haverá verba para cursos novos, isto é, bolsas enxoval só serão criadas a partir do segundo ano, conforme disponibilidade financeira.

A Universidade Estadual de Ponta Grossa, representada pelo pró-reitor de Pesquisa e Pós-graduação, Giovani Favero, manifesta-se veementemente contra as medidas anunciadas. “A maioria das notas 3 e 4 são de instituições com cursos recentes e/ou do interior do país. Esta política de corte atinge a ciência de forma geral e limita as oportunidades do surgimento de talentos sem condição financeira e que não estejam nos grandes centros. É um duro golpe na pesquisa brasileira realizada nas Universidades Estaduais”.

O pró-reitor enfatizou que todas as universidades presentes no evento argumentaram contra o conjunto de decisões apresentadas pela **Capes**. “Porém, segundo Salviano, os cortes não são negociáveis e já serão implementados a partir do mês que vem”, enfatiza Favero.

O reitor, Miguel Sanches Neto, tem participado de discussões com os demais reitores das universidades públicas brasileiras, através da Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (Abruem), Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif) e Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior no Brasil (Andifes), para a assinatura da Carta de Brasília em Repúdio aos Cortes no Ensino Superior.

Sanches entende que este é um momento de união de todas as forças sociais em prol dos investimentos em educação. “As universidades não podem ficar de fora das mesas de tomadas de decisões quando se trata de criar critérios de investimento em pesquisa e pós-graduação porque elas são o locus dessas atividades”.

O reitor participa na próxima quarta-feira (29) de reunião da Abruem em Brasília para construir um posicionamento coletivo das universidades estaduais e municipais sobre os cortes na educação.

topo 

## **R7 - TEMPO REAL**

**Onde você investiria meio bilhão de reais? Em armas ou na educação?**

**Dinheiro que Moro quer gastar comprando pistolas equivale a um terço do corte que o governo pretende impor às universidades. A quantia seria suficiente também para pagar 1,2 milhão de benefícios do Bolsa Família**

O ministro da Justiça e Segurança Pública Sergio Moro quer comprar 106 mil pistolas calibre 9 milímetros ao custo de R\$ 444 milhões para equipar a Força de Segurança e as polícias civis e militares dos estados.

A área de segurança pode estar necessitando desse armamento, mas, convenhamos, é muito dinheiro, sobretudo quando se leva em conta as necessidades de outras áreas.

Ele corresponde, por exemplo, a praticamente um terço do corte de R\$ 1,5 bilhão que o MEC pretende impor às universidades.

Se investisse esse meio bilhão de reais na educação, por exemplo, o governo poderia manter 148 mil alunos do ensino fundamental estudando na rede pública durante um ano ou financiar 296 mil bolsas de mestrado através da **Capes**.

Se a quantia fosse destinada para o Bolsa Família, ela pagaria 1,2 milhão de benefícios do programa ou possibilitaria adquirir cerca de 1 milhão de cestas básicas.

A educação e programas sociais como o Bolsa Família, como se sabe, são setores que, desde que bem atendidos com os investimentos e as políticas públicas corretas, teriam como contribuir, e muito, para refrear a violência, no médio e longo prazos.

E o que é melhor: sem lançar mão de armas, e, por conseguinte, sem ferir, nem matar ninguém.

topo ↕

## **TRIBUNA HOJE - TEMPO REAL**

### **Além dos muros da Universidade**

#### **Contingenciamento em recursos e bolsas de pesquisa representa ameaça às esperanças e garantia de direitos promovidas por projetos da Ufal**

Diariamente, projetos e ações da Universidade Federal de Alagoas (Ufal) alcançam a sociedade, seja por atividades de assistência, saúde, educação ou produção de ciência e conhecimento. No entanto, a maior instituição de ensino superior do estado agora encara um contingenciamento nos recursos e bolsas de pesquisa que pode variar entre 30% e 70%. O que muitos não sabem é que tais cortes vão além dos muros da universidade: impactam diretamente na população.

Como adiantou a reportagem da Tribuna Independente no início deste mês, a Ufal sofrerá um impacto de cerca de R\$ 40 milhões no orçamento deste ano, a partir do segundo semestre, o que equivale a 30% do total. Já as bolsas, conforme anunciou o Ministério da Educação (MEC), terão restrições de até 70% em programas de nível 3.

Segundo dados da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Ufal (Propep), as perdas na fase inicial dos cortes envolvem 17 bolsas de mestrado, 13 de doutorado e 4 de programas de pós-doutorado. De acordo com o pró-reitor Alejandro Cesar Frery, o cenário futuro é ainda mais crítico.

“Os cortes são uma ameaça concreta ao ecossistema da pesquisa como um todo. Não há efeitos pontuais, mas globais. A fase II é mais drástica ainda. Está previsto o recolhimento de 70% das bolsas de programas notas 3 e 30% das bolsas de programas nota 4. Esses são a maioria esmagadora dos PPGs [Programas de Pós-Graduação] da Ufal”, aponta.

Frery reforça que há possibilidade de que haja paralisação de programas e atividades de pesquisa por conta dos problemas decorrentes da falta de recursos para manter a Universidade.

“Sem bolsas é difícil atrair alunos. Os de dedicação exclusiva não terão como cursar uma pós”, resume.

A Tribuna Independente elencou alguns projetos universitários que influenciam diretamente a comunidade, suprem a carência de políticas públicas efetivas, porém

podem ser duramente prejudicados caso o contingenciamento proposto pelo Governo Federal não seja revertido.

## ÚNICO DO ESTADO

Projeto leva educação a crianças em tratamento contra o câncer

Enfrentar um câncer é uma batalha pesada para qualquer pessoa. Isso se torna ainda mais difícil quando se trata de crianças. Ainda em formação, é preciso amadurecer rápido, lidar com o peso de um tratamento severo e até perder momentos únicos da infância.

Em meio a tudo isso, o direito constitucional à educação precisa ser assegurado. Um grupo de pesquisadoras do curso de pedagogia da Ufal desenvolveu o projeto “Estudar, não importa o lugar!”. O projeto acontece no Hospital Veredas, no bairro do Farol.

“Nosso objetivo é garantir que a criança internada não perca o ano letivo por conta da doença”, esclareceu a professora Edna Prado, coordenadora do projeto.

Edna explica que o projeto surgiu de uma demanda levada à Universidade. “Na realidade, nasceu de um pedido das crianças que eram atendidas em ações das ONGs [Organizações Não Governamentais] e que queriam ‘ter aula’, ‘ter lição’. Não só ouvir história e pintar desenhos”, afirma.

A rotina de atividades acontece tanto com pacientes que estão internos, quanto com os que precisam ir fazer quimioterapia ou outros procedimentos pontuais.

O projeto conta com uma estrutura de nove pessoas. Quatro vão à pediatria todas as terças-feiras, trabalhando com pacientes que estão internos. Nas quartas-feiras, outro grupo com três pesquisadoras vai até a Casa da Criança, que, em Maceió, defende direitos de crianças e adolescentes e trabalha para a influência nas políticas públicas.

Segundo a organização, em menos de um ano já passaram pelo projeto mais de 50 crianças. O foco são as crianças com câncer, mas também já foram atendidas crianças com anemia falciforme, que ficam muito debilitadas e precisam de internação. As responsáveis pelo projeto contam que os pacientes atendidos têm uma continuidade. No entanto, ao longo do projeto, algumas crianças não resistem ao tratamento e falecem. Há também aquelas que recebem alta e podem voltar a frequentar a escola regularmente.

“Há um planejamento quase individualizado”, esclarece uma das idealizadoras do projeto, Williane Santos, que é psicóloga voluntária e estudante de pedagogia.

“As crianças gostam do projeto, mas, às vezes, estão tão fracas que nem aguentam muito. As meninas sabem que não podem forçar”, diz a coordenadora Edna Prado. Os profissionais também têm um acompanhamento com psicólogos da Ufal e voluntários. “Todas as nossas pesquisadoras fazem terapia. É muito difícil ver uma criança com dor. Eu mesma não tenho muito preparo emocional. Tenho que segurar o choro. Doei mais de 30 centímetros do meu cabelo para fazer peruca”, completa.

Todas as crianças são pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS). Grande parte das



crianças – cerca de 80% em tratamento – é do interior de Alagoas.

Uma das várias histórias que comovem o grupo é a de um menino de 11 anos. Criado pela avó, que ele chama de mãe, conta com incentivo total para realizar as atividades do projeto.

Ele é um paciente que não vai para a brinquedoteca. Realiza atividades no leito, porque é muito debilitado. Depois de 4 meses internado, teve alta, foi para casa, passou menos de 15 dias e voltou ao hospital. No total, são quase 6 meses de internação.

“É uma criança que está constantemente internada, então acaba sendo uma das que mais participam do nosso projeto. Ele cursa o 6º ano, mas devido ao tratamento, se afastou do colégio. Ele não tem previsão de alta e provavelmente só voltará a estudar no próximo ano”, relata Williane.

“Com cortes, trabalho morre”, diz coordenadora

A semente plantada com o projeto já representa a mudança na vida de todas as crianças que participam dele e a ideia é ampliar. O projeto tornou-se possível por causa do financiamento do edital do Programa Círculos Comunitários de Atividades Extensionistas (Proccaext). O trabalho das pesquisadoras tem uma ajuda de custo com a qual elas podem pagar despesas básicas, como transporte e material para trabalhar com as crianças.

O edital costuma ser publicado anualmente e, contando com isso, o grupo planeja manter e até expandir o projeto. No entanto, com o recente corte anunciado pelo Governo Federal, é muito difícil que o edital seja lançado em 2019.

“Com o corte de quase 40 milhões de reais na Ufal, não terá dinheiro nem para contas básicas como água e luz. Já estamos com transporte limitado e esses alunos fazem as refeições no restaurante universitário, usam os laboratórios... A situação é muito séria. Com esses cortes, com certeza o trabalho morre”, afirma com preocupação a professora Edna.

“Sem as bolsas, não tenho como contar com a ida das alunas ao hospital, pois muitas não têm dinheiro para a passagem de ônibus. O hospital disponibiliza o espaço físico, mas todo o material didático comprado pelo projeto precisa de recurso”, comenta a coordenadora.

As pedagogas planejam ir mais adiante. “Além das atividades com as crianças, nosso objetivo é sensibilizar a sociedade alagoana acerca da regulamentação das classes hospitalares. Em outros estados, o professor presta o concurso público e no lugar de ir para a escola vai lecionar no hospital. É um trabalho de parceria entre a Secretaria da Saúde e da Educação”, afirma Williane Santos.

A modalidade de ensino ainda não é difundida em Alagoas. É comum, no estado, crianças em tratamento oncológico perderem o ano letivo e se distanciarem da escola. Ao contrário de outras unidades do país que têm classes hospitalares regulamentadas, em Alagoas esse projeto é a primeira iniciativa do tipo.

Atualmente, não existe legislação estadual nem municipal que garanta o trabalho da pedagogia hospitalar.

## MEIO AMBIENTE

### Projeto no litoral norte está ameaçado

No litoral norte alagoano, área que abriga as mais diversas espécies marinhas e terrestres da fauna e da flora, um projeto do Instituto de Ciências Biológicas e da Saúde (ICBS) da Ufal destaca-se no meio acadêmico internacional. Ligado ao Programa de Pós-Graduação em Diversidade Biológica e Conservação dos Trópicos, o projeto Pesquisas Ecológicas de Longa Duração da Área de Proteção Ambiental da Costa dos Corais, ou, simplesmente, PELD Costa dos Corais – Alagoas, está em atividade desde 2017 com o objetivo de realizar pesquisas em microbiologia, plantas, ecologia de peixes, aves, répteis, mamíferos, pesca, turismo, recursos hídricos, sensoriamento remoto interagindo com pesquisadores da área social no que tange a percepções, conflitos, educação ambiental, entre outros.

Os coordenadores do projeto estão temerosos com o anúncio do contingenciamento de 30% no orçamento da Universidade.

“O projeto tem um alcance muito amplo. Eu trabalho com peixes recifais, mas há professores que trabalham com peixes da pesca, outros pesquisadores trabalham com os corais. É uma equipe multidisciplinar que durante os próximos dois anos vai trabalhar na Área de Proteção Ambiental [APA]”, afirma Cláudio Sampaio, professor da unidade de Penedo da Ufal que atua no PELD no litoral norte.

O professor comenta que a área que ele exerce atividades dentro do projeto compreende os municípios de Japaratinga e Maragogi. “Nas duas cidades, selecionamos duas áreas. Temos uma área de visitação, que é aquela destinada ao turismo, como os Galés de Maragogi. Pesca não acontece ali, por exemplo. É uma área exclusivamente de atividade turística”, diz.

A outra área chama-se Zona de Preservação da Vida Marinha. Cláudio Sampaio diz que essa é a área mais preservada da APA. “Todas as atividades nessa área, que não sejam pesquisas autorizadas pelo ICMBio [Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade] e pelo Ibama [Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis] são proibidas. A pesca é proibida. O turismo também é proibido. Até mesmo uma pesquisa que não tenha sido registrada não deve acontecer ali. Então é a área que consideramos mais livre do impacto da presença humana”, afirma.

Um dos trabalhos que Cláudio exerce no projeto é comparar a vida marinha da área visitada por turistas de todo o mundo e da área preservada. “A gente faz mergulhos e, durante os mergulhos [nas duas áreas], a gente conta os peixes, estima o tamanho e também identifica espécies ameaçadas de extinção e espécies alvos da pesca. Através do tamanho, nós estimamos o peso dos peixes por metro quadrado e a biomassa que eles possuem nos recifes visitados e nos recifes destinados à preservação”, explica.

Restrições põem em xeque preservação em Alagoas

Fazendo uma estimativa do que será afetado dentro do projeto com o corte de verbas na Ufal, Cláudio Sampaio diz que o transporte para realizar as atividades de pesquisa pode ser o primeiro setor prejudicado. Ele lembra que reside em Penedo, na região sul de Alagoas, ou seja, no extremo oposto de onde ocorre o projeto.

“Para a gente participar dessa pesquisa, nós praticamente cruzamos o estado. Sem o veículo oficial da Universidade se torna inviável por causa do volume de alunos que participam. A gente faz não só a capacitação de estudantes de graduação e pós-graduação, como também transportamos equipamentos. Estamos falando de transporte, mas também temos que pensar em energia elétrica, em serviços de terceiros, que é o pessoal da limpeza e da segurança, por exemplo. É muito preocupante, principalmente para quem está longe. Isso, talvez, algumas pessoas não entendam. No Campus da Ufal em Maceió, o corte será sentindo. Mas quem está mais afastado, nas unidades do interior, sentirá profundamente. Isso sem falar nos cortes nas bolsas de estudos, que servem praticamente de salário para essa nova geração de pesquisadores. Se a gente interromper esse processo, de onde virá a próxima geração de pesquisadores alagoanos?”, declara o professor.

Segundo Cláudio, o projeto tem direito há várias solicitações de transporte oficial da Universidade por mês. Porém, com o contingenciamento, essas várias solicitações podem se transformar em apenas uma por mês.

## Comunidades

O coordenador de Componente de Governança e Socioecologia do projeto, João Campos-Silva, comenta que as atividades de pesquisa no litoral norte do estado, além de aumentarem o conhecimento sobre a natureza da área, ajudam a compreender quais são as oportunidades de geração de renda, melhoria da qualidade de vida da população local, conservação da biodiversidade e como se dá fortalecimento da gestão da APA.

“O projeto tem por finalidade monitorar os recursos naturais, as ameaças e os modos de vida das populações que utilizam as áreas da APA Costa dos Corais. Especificamente, investigamos a condição das pessoas que utilizam essa área. Quais dificuldades enfrentam? De quais recursos dependem? Como as pessoas são inseridas na gestão da área? Quais impactos locais e globais podem ameaçar as comunidades de pescadores, marisqueiras e artesãos? Essas são algumas perguntas que o projeto busca responder”, afirma João.

O coordenador diz que as comunidades locais participam do projeto de várias formas, seja em conversas e entrevistas com membros da equipe, ou participando de forma mais ativa, como bolsista do projeto, por exemplo. “A população pode ser protagonista no estabelecimento de um desenvolvimento sustentável e equitativo para a região”, comenta.

## Cortes nas bolsas

A vice-coordenadora do PELD Costa dos Corais – Alagoas, professora Nídia Fabr e, afirma que o contingenciamento j a começou a ser sentido na Universidade. De acordo com Nídia, setores fundamentais como segurança j a estão sendo reduzidos.



Apesar das dificuldades no campus, Nídia Fabr e ressalta que a Fundação de Amparo   Pesquisa do Estado de Alagoas (Fapeal) já honrou com os compromissos que possui com o projeto e repassou a parcela deste ano.

A parcela anual já paga pela Fapeal é direcionada para os recursos necessários dentro do PELD Costa dos Corais – Alagoas. “São recursos usados, por exemplo, para compra de materiais”, comenta.

Além da Fapeal, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** também ajudam a manter o projeto. “O nosso problema é o seguinte: se, em setembro, o governo não repassar os recursos para o CNPq, não vai ter dinheiro para pagar nenhuma bolsa”, diz.

Se o futuro é incerto, o projeto atualmente já sofre com o corte do MEC. “Nós temos alunos do PELD que estão com previsão de fazer estudos no exterior, e a gente não está conseguindo or amentar essas bolsas, no momento, por causa do corte.

Segundo a professora, atualmente, metade da turma de mestrado que participa do PELD está sem bolsa de iniciação científica. Já na turma de doutorado que participa do projeto, o problema se agrava. Nídia estima que 60% dos alunos não estejam recebendo os valores referentes às bolsas.

## SORRISOS

### Odontologia chega em áreas onde faltam políticas públicas

A Faculdade de Odontologia da Universidade (FOUFAL) presta à comunidade diversos serviços. Além da parte teórica, os alunos desenvolvem a prática com a comunidade. De acordo com o professor e membro do colegiado, Ricardo Bessa, a prática externa, isto é, fora da Ufal, realiza mais de 800 atendimentos. Os atendimentos ocorrem em cinco clínicas e também há a modalidade de iniciação científica com 8 programas.

“Desenvolvemos trabalhos de extensão e prática acadêmica no Hospital Universitário [HU], Hospital Geral do Estado [HGE] e unidades de saúde. O HU, por exemplo, nos fornece o cenário de prática para nossas atividades, são atividades da faculdade que ocorrem em outros lugares. São cenários de prática fora do ambiente ambulatorial normal. Só para ter uma ideia, são 815 atendimento por semestre”, explica o professor.

Bessa destaca que o trabalho desenvolvido pelo curso de odontologia alcança áreas sociais vulneráveis e que não estariam recebendo assistência do poder público caso não houvesse a presença da Universidade. “O trabalho que desenvolvemos atende os pacientes com necessidades especiais, paralisias cerebrais, problemas cognitivos, pacientes autistas que precisam de um cuidado bucal. Todas as pessoas precisam de cuidado bucal, mas no caso delas é mais difícil, são pacientes agressivos, que têm dificuldades para fazer higiene bucal. É um público que ninguém atende e se não fosse o nosso trabalho ninguém atenderia. Nem os cursos particulares, onde há prática acadêmica fazem um trabalho tão específico”, diz.

A estudante de odontologia Mariana Gomes conta que além da prática do curso, ela

participa de projetos de extensão que envolvem pacientes com necessidades especiais como síndrome de Down, fenda palatina, entre outros.

“Tem a DownSorriso, que é uma extensão onde prestamos atendimento para pacientes com síndrome de Down. Atendemos em média 30 pacientes. É um serviço muito difícil, porque pacientes com necessidades especiais têm uma dificuldade muito grande para serem atendidos em Maceió. Essa extensão da faculdade de odontologia presta atendimento para eles e também fazemos encaminhamento para outros tipos de profissionais, como fonoaudiólogo, médico, terapeuta ocupacional. Também tem outro projeto que atende outras síndromes e fazemos um trabalho com a odontopediatria”, detalha a estudante.

A partir da prática acadêmica, os alunos realizam mutirões de atendimento em comunidades carentes e fazem diagnósticos de problemas associados à saúde bucal.

“Temos a Liga Acadêmica de Dentística, que faz atendimento para a população, fazendo serviço de restauração dentária para pessoas de baixa renda. Fazemos triagem de pacientes para detectar algum tipo de lesão ou patologia. Também fazemos mutirão. No último, fizemos na quadra poliesportiva do Village Campestre e realizamos 120 atendimentos, destes conseguimos detectar 30 lesões. Além do diagnóstico oral, fazemos esse tipo de atendimento, já fizemos na Vila dos Pescadores e na Faculdade de Odontologia”, afirma a estudante.

Todo esse envolvimento com a comunidade gera satisfação para os estudantes e retorno social para a população. “Os pacientes costumam dizer que dão graças a Deus por conseguirem ser atendidos aqui. Nós temos uma lista enorme de pacientes. São poucos alunos, mas nós nos dividimos para dar conta de todo mundo”, pontua.

## Limitação de recursos

Todas as atividades desenvolvidas para a sociedade fazem parte do currículo acadêmico do curso, isto é, entre as disciplinas e aulas teóricas os alunos fazem o atendimento à população sob a orientação dos professores. No entanto, com o contingenciamento de recursos, o cenário que já é bastante limitado pode ser agravado e até haver suspensão de atendimentos.

“A limitação dos recursos é muito grande. Nós acabamos arcando com os EPI’s, tiramos do nosso bolso para custear, porque a Universidade em si custeia o básico, que é anestésico, gaze... Mas se for tirado isso vai ficar mais pesado para nosso bolso e talvez não seja possível dar continuidade ao projeto”, diz a estudante.

“Já atuamos com limitações e restrições financeiras, a diferença é que hoje falta, demora, mas chega. Com os cortes, vai faltar, eu vou pedir, mas não vai chegar, porque não vai ter dinheiro”, lamenta Ricardo Bessa.

## TALENTOS DO ESPORTE

Jovens produzem ciência e rotas para o futuro na Ufal

Para muitos jovens, a universidade pode parecer um mundo distante, fora de suas

realidades. Um ambiente elitizado, para poucos. Será? Com a Fábrica Coletiva de Talentos (FCT), um projeto de extensão promovido por pesquisadores do curso de educação física, ficou provado que não.

Novos atletas vêm sendo descobertos há anos entre estudantes de ensino médio por conta dos treinos realizados pelo projeto, mas isso é só o começo. Atraídos pelo esporte, os adolescentes descobrem novas possibilidades e percebem que a ciência pode ser feita por todos e para todos.

Aluno de doutorado da Ufal, Higor Spineli é treinador e grande entusiasta do time. Ele explica que a iniciativa do professor Gustavo Araújo foi levada para o ambiente acadêmico para que, além de criar atletas, pudesse apresentar a realidade da Universidade e tudo que ela pode oferecer. “Através disso, eles podem pensar em um futuro diferente. Levamos para o laboratório, onde eles têm contato com a pesquisa participando de testes, ajudando no desenvolvimento dos estudos e da extensão dentro da Ufal”, conta.

O trabalho envolve treinamento nas áreas de atletismo e vôlei. A equipe já acumula resultados visíveis, como a participação em jogos estudantis nacionais e até a contratação de muitos dos participantes para atuar profissionalmente como atletas. O projeto conta hoje com cerca de 50 alunos entre 13 e 19 anos. Só em 2017, 8 alunos foram chamados para a seleção alagoana de voleibol e competem hoje em nível nacional.

No âmbito educacional, 17 alunos entraram para universidades só nos últimos 2 anos. Muitos outros estão esperando para ser chamados.

Luan dos Santos não pensava em seguir os estudos. Pensando na carreira militar, ele teve contato pela primeira vez com alguns cursos que ampliaram os horizontes. “Eu abri esse leque. Pretendo desenvolver pesquisas dentro da meteorologia. Eu vi que eu poderia ter a graduação de meteorologia e ainda assim entrar na Marinha. Na Marinha, eu também iria desenvolver pesquisas, porque é isso que eu quero”, diz.

Longe de ser uma exceção, o futuro marinheiro meteorologista conta que a maioria dos colegas almeja fazer parte da Ufal. “Se o projeto acabar por falta de recursos, o que eu acho um completo absurdo, são vários sonhos que vão acabar. Investir em educação não é gasto. Será um prejuízo enorme para o nosso Brasil, tanto na educação, quanto no esporte, porque vai perder grandes atletas”, lamenta o estudante.

Outro que começou no projeto foi Valter Barbosa. Hoje na Universidade, ele lembra que antes de conhecer o projeto não sabia o que ia fazer da vida. “Com a influência do Higor, eu fui moldando meu pensamento e descobri uma paixão pelo esporte e pela educação física. Isso influenciou na minha educação, pois tinha dificuldades em algumas matérias e aí a exigência de boas notas me ajudou muito”, relata.

### Atletas fazendo ciência

Muita gente não sabe, mas equipamentos de última geração utilizados por atletas de alto desempenho são desenvolvidos por essas pessoas que estão trabalhando a ciência dentro de universidades.

Durante a pesquisa do mestrado de Higor sobre polimorfismo genético e suplementação



nutricional, ele investigava potenciais esportivos e os alunos participavam ativamente como pesquisadores e também colocando os estudos em prática. Atualmente, ele segue a mesma conduta durante o doutorado.

Os alunos convivem no cotidiano do laboratório e auxiliam na coleta para conhecer a realidade prática. São pesquisadores também. O estudo de Higor utiliza a genética para melhorar as atuações dos estudantes como atletas.

Antes de entrar na universidade, Luan participou do projeto. Hoje, já é visto como um futuro protagonista de outras pesquisas. “Questão de umidade e temperatura podem influenciar o desempenho. Luan pode desenvolver ótimos estudos na meteorologia”, disse o treinador.

Com o sucesso, a ideia é ampliar a FCT. Algumas parcerias estão sendo firmadas dentro da Universidade com outras áreas de conhecimento. Um exemplo é o Instituto de Matemática, em que os alunos vão ter aulas para reforço escolar, serão preparados para Olimpíada de Matemática e até para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Tem também o Hospital Universitário, onde os atletas podem fazer exames e avaliações periódicas e serem acompanhados por uma médica especialista em adolescentes.

O projeto está registrado no edital do Programa de Extensão e Currículo Comunitário. Com isso, são viabilizados todos os recursos para sua existência.

Materiais, bolsas para monitores, transportes para participar dos campeonatos, tudo isso pode deixar de existir em outubro se o edital não for renovado. “O projeto deve ser encerrado e não vai ter como continuar”, lamenta Higor.

Além dos atletas, o projeto tem profissionais que participam voluntariamente, como nutricionistas e médicos.

O projeto é aberto à comunidade, independente do perfil. Hoje, cerca de 90% do time é composto por adolescentes de famílias de baixa renda. “Eles não têm condições, a situação de moradia não é tão boa assim... Então, a gente está sempre pegando doação, realizando campanhas. Recentemente, montamos uma campanha de doação de tênis ao projeto, porque às vezes não tem tênis para competir, para jogar”, afirma o treinador.

## PÓS-GRADUAÇÃO DE CONCEITO MÁXIMO ESTÁ AMEAÇADA

Programa do Instituto de Física é o único sediado na Ufal a ter conceito 5, nível de excelência segundo o MEC

Classificado no nível máximo e referência nacional, o programa de pós-graduação em Física da Universidade Federal de Alagoas (Ufal) passa por um momento de incertezas quanto ao futuro. É que mesmo sendo “preservado” na próxima etapa de cortes, anunciada pelo Ministério da Educação (MEC), não está ileso dos efeitos.

O coordenador do programa, professor Eduardo Jorge, explica que é preciso lidar também com perspectivas limitadoras e até de escassez, que podem paralisar as atividades de pesquisa.

“Nosso curso como é nível 5 e a gente não sofreu nenhum corte. Mas já faz um tempo em que a gente não tem bolsas renovadas. Temos 26 bolsas de mestrado e 46 de doutorado, a grande maioria da **Capes**. Então se a **Capes** hoje decide não ter mais as bolsas, a gente basicamente entra em colapso. Temos desenvolvido muita coisa com a farmácia, biologia... E esses são os cursos que mais sofrem com os cortes, porque precisam basicamente de insumos para desenvolver seus estudos. São cursos que sofrem também com o corte de bolsas. Esses cursos que temos uma colaboração muito grande sofrem mais, e isso é uma consequência direta. É óbvio que a Universidade como um todo vai ser afetada, porque vai se cortando pela base. Não existe uma universidade onde não conseguimos interagir, ou com um curso sobrevivente. Isso não faz parte da Universidade, pois é preciso um corpo, se não perde a essência, perde o sentido de existir”, afirma.

O professor explica que o programa de pós-graduação em física é o único sediado na Ufal com a classificação máxima. Para chegar ao nível 5, o curso passou por profundos investimentos em estrutura, pessoal e equipamentos. O conceito 5 é dado pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capex)**, que avalia diversos aspectos dos programas em todo o país.

“Nestes últimos dez anos, foi investido muito. A gente se preocupou muito em equipar, contratar professores que pudessem nos ajudar a crescer a pós-graduação como um todo. O projeto de crescimento que a gente teve deu resultados. A maioria da nossa pós-graduação é de pesquisadores, bolsistas do CNPq. De fato, fizemos um projeto a médio e longo prazo que deu resultado e manter os alunos é essencial. Se a gente não tiver aluno, não faz sentido ter investido tanto em equipamentos, estrutura”, ressalta Eduardo.

Para ele, mesmo não havendo corte direto, há risco de o trabalho desenvolvido ao longo de uma década perder “o sentido de existir”.

“Isso para nós é desperdício, é jogar dinheiro fora, porque você produz. São pesquisas, teses, dissertações, vários trabalhos publicados, patentes e você vê tudo isso sendo estancado, pouco a pouco, porque não tem financiamento. E o que é pior, se você não tem pessoas não faz sentido. Sem bolsa é pior, porque se não tem mão-de-obra não tem como funcionar. Se não temos material humano, não faz nem sentido a gente estar aqui. Se não tem estudante para que serve o professor?”, questiona.

Paralisação é gradativa e afeta todos os cursos, aponta coordenador

Desde 2016, as Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes) vêm sofrendo com limitações orçamentárias. Com a aprovação da PEC que limita os investimentos públicos, o cenário ficou ainda mais delicado. Agora, segundo o professor, o contingenciamento é um novo golpe na produção científica e de conhecimento nessas instituições.

“Todos os nossos equipamentos precisam de manutenção, seja corretiva ou preventiva, porque estão sendo usados. Temos microscópios que conseguem ver algo em nanômetro, consegue ver a diferença planar das estruturas. E são equipamentos que por si só, pelo próprio uso, necessitam de uma verba que supra as necessidades. E, de fato, a Fapeal tem dado um aporte financeiro razoável, dentro das suas possibilidades. E isso é o que tem nos salvado um pouco, mas financiamento de grande porte como tínhamos

antigamente, a gente não consegue mais. Tenho um projeto aprovado em 2016, da Finep, um projeto de manutenção, contratação de serviços de manutenção de equipamentos não só do Instituto de Física, mas da Ufal, e esse projeto corre um grande risco de não ser liberado”, aponta.

Segundo Eduardo Jorge, o programa vem sofrendo uma paralisação gradativa e as perspectivas são cada vez mais desanimadoras. “Temos equipamentos parados por falta de nobreak. O pessoal que faz teoria precisa de um suporte computacional muito grande, com várias máquinas, que também por várias situações, inclusive energia, precisamos de manutenção, e não está ocorrendo. Já temos sinalização de coisas que estão parando, e não vemos perspectivas de novos financiamentos, novos projetos, novos editais. A gente não consegue a curto prazo vislumbrar um cenário onde a gente possa dar continuidade”, avalia.

Para além dos números, na avaliação do pesquisador, os cortes representam um prejuízo para alunos, professores e pesquisadores que investiram tempo, sonhos e planos. “O cruel de tudo é matar a esperança das pessoas. É o componente mais cruel. Manter um laboratório desses não é fácil, não pense que eu ganho dinheiro por isso. Cada equipamento desses não me rende um centavo. Eu ganho dinheiro para dar aula, não para fazer pesquisa. Não ganhamos absolutamente nada por fazer pesquisa no Brasil. Esta semana uma aluna nossa recebeu um prêmio de melhor resumo da América Latina. Eu acho que esse é o momento de correr atrás, obviamente não podemos ficar calados, porque isso significa acabar com tudo que foi construído”, diz.

“Governo tenta confundir opinião pública”, diz assessor da Ufal

Na avaliação do historiador e assessor internacional da Ufal, Aruã Lima, há um processo claro de interferência na autonomia das universidades. A consequência disso, segundo ele, é a desestabilização da estrutura, o que trará prejuízos em longo prazo.

“Diante do quadro criado, o governo tenta confundir a opinião pública com argumentos tecnicistas, que mais confundem que ajudam a esclarecer o drama do financiamento da educação pública em nosso país. No caso específico das universidades federais, aparentemente, o governo está lançando mão de duas estratégias combinadas para fragilizar as instituições de ensino federal (técnicas e de educação superior). A primeira parte da estratégia é vincular o desbloqueio de orçamento à aprovação da reforma da Previdência. É algo completamente descabido imaginar que um governo e o Congresso Nacional do ano passado tenham elaborado e aprovado o orçamento baseado na perspectiva de aprovação de reforma da Previdência. Além disso, o ministro da Educação tem reiterado seu desejo que os reitores das universidades e institutos federais se dirijam ao MEC para expor os problemas específicos para que o ministério, então, estude a possibilidade de liberar recursos para determinados fins. Ora, a isto nós chamamos nas universidades de política de balcão. Esse procedimento atenta contra a autonomia pedagógica e administrativa das instituições, já que caberá ao MEC decidir o que deve, ou não, ser financiado”, destaca.

Para Aruã Lima, o financiamento público da pesquisa e da produção de ciência é fundamental e imprescindível para o desenvolvimento da sociedade. Ele afirma que é preocupante a possibilidade de formar profissionais que não tenham recebido um suporte pedagógico e científico a contento.



“Não há caminho senão o financiamento público de ciência e, mais que isso, de formação de cientistas. Parece chavão barato, mas o desmonte atual é um descarte do futuro. É jogar fora essa geração. Imagine a diferença entre estudantes que cinco anos atrás fizeram parte do Programa Ciências Sem Fronteiras, que aprenderam línguas estrangeiras, que vivenciaram diferentes modelos científicos, com os estudantes de hoje. Para finalizar, existe um programa chamado Pibic. Este programa é o mais exitoso programa de iniciação científica da ciência brasileira. Cerca de 1/5 dos estudantes de Pibic chega ao mestrado e 1/10 chega ao doutorado. Talvez seja uma das taxas de sucesso mais elevadas do mundo de um programa institucional. O estado gasta cerca de R\$ 4.800,00 com bolsa para esse aluno se formar, na graduação, enquanto iniciante em ciência. É muito? Não creio”, questiona.

topo ↕

## AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

### Um sistema perverso

“A melhor estratégia para se ganhar mais na universidade federal, é realmente esperar o tempo passar. Não aumentar minha produtividade, produzir mais pesquisas, pesquisar melhor, com mais impacto, ficar antenado na discussão internacional, frequentar congressos internacionais, enfim. Existe toda uma cultura que já é estabelecida nessas universidades de pouca eficiência científica. Se você entrar lá quando acabou de terminar o doutorado com intuito de “fazer acontecer”, vai encontrar todo um sistema que não ajuda nesse sentido”.

Por mais legítimas que tenham sido as manifestações contra os cortes na educação, um aspecto deste debate passou ao largo. Foi a qualidade questionável de gestão de algumas universidades públicas, e certas distorções que se escondem sobre a rubrica de ‘despesas obrigatórias’.

Estas despesas, que ocupam 88% do orçamento (R\$ 42,3 bilhões), são garantidas por lei, e se referem ao sistema de pagamento de salários e benefícios previdenciários. Lembrando que o número de docentes em atividade elevou-se de 56,8 mil em 2007, para 95,8 mil em 2017, e o aumento real dessa despesa chega a 66,8% no período (o número de universidades também aumentou).

Nestas despesas, não se mexeu.

O valor bloqueado de 1,4 bilhão de reais faria parte da verba destinada a bolsas de pesquisa, segurança patrimonial e pagamentos de terceirizados. Foi um corte horizontal, sem um critério claro, sem um exame minucioso, atingindo a todas as instituições de maneira isonômica.

O sistema salarial das universidades públicas, tal como está desenhado, merece ser reavaliado. Além disso, o Estado não leva em conta os resultados apresentados. Outro ponto é o financiamento: não há fontes alternativas.

Foi na tentativa de entender os meandros das tais despesas obrigatórias e iluminar um pouco mais a realidade vivida nas universidades federais, que Inconsciente Coletivo decidiu cutucar o professor de economia do Insper, Renan Pieri.

## Contingenciar é preciso?

A gente construiu o orçamento do governo federal, na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2019, em cima de um crescimento de mais de 2% do Produto Interno Bruto (PIB) no ano. Mas a gente tem sofrido sucessivas revisões da LOA para baixo. O número que o governo trabalha atualmente é 1,6%, mas já tem consultoria de mercado tratando que esse ano a gente cresce apenas 1% no PIB.

Uma vez que se dá para baixo o crescimento do PIB, automaticamente o governo tem que revisar para baixo o quanto ele pode gastar nas despesas. É daí que vem a fonte deste contingenciamento. Mas há com o gasto com inativos -no caso, os benefícios previdenciários-, e o pagamento de pessoal da ativa. Com isso, sobra menos de 10% do orçamento para os gastos discricionários, que são muito importantes, mas que dá menos problema judicial para o governo se ele não realizar.

Estes são, por exemplo, gastos que concentram Educação, Saúde e programas sociais como o Bolsa Família. São gastos que não correspondem a pagamentos de trabalhadores, que o governo acaba optando por contingenciar.

Especificamente no caso das universidades, poderia explicar no que consistem as despesas obrigatórias, e que tamanho ocupam no orçamento geral?

No caso das universidade federais, a gente sabe que cerca de 88% do gasto é com pessoal -ativos ou inativos- e sobram 12%, que são os gastos discricionários, aqueles fundamentais mas que dão menos problemas judiciais para cortar. Estes são os gastos com pesquisa, com laboratórios, com segurança.

No setor público os cortes são horizontais e esse é o problema, porque entram nesse bolo algumas universidades de altíssima produtividade, com pesquisas de ponta e grande contribuição nacional, e outras instituições menos relevantes.

O ministro disse que faria o contingenciamento da educação superior porque é preciso focar os investimentos na educação básica. Faz sentido este movimento do ministro, mas não existe um programa claro para essa transferência de investimentos.

No Brasil a gente historicamente prioriza o gasto com educação superior. Por volta dos anos 2000 a gente gastava cerca de 11 vezes mais com um aluno da educação superior pública do que com um de educação básica. Hoje esses dados mudaram bastante e a gente gasta cerca de 3,5 vezes mais com educação superior do que com educação básica. Então ainda assim o orçamento é desequilibrado – a gente fez essa escolha de priorizar o superior.

De acordo com reportagem publicada semana passada nos jornais, a Estônia investiu 1,3% do PIB em educação em 2016, e nesse mesmo período a produção dos pesquisadores do país europeu ocupou o quinto lugar entre os mais citados no mundo. Já o impacto brasileiro não chegou a 40% dos estonianos. Além disso, o Chile investe 0,4% do PIB em pesquisa, mas ainda assim ultrapassa o Brasil em impacto internacional. Isso sugere que nossa eficiência esteja aquém do desejado?

Gastamos em torno de 6% do PIB com educação. Se você compara com a média dos

países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que são os países mais ricos, a gente gasta mais em relação ao PIB do que esses países. Por outro lado, se você normalizar esse gasto por aluno, a gente gasta menos de 40% por aluno em relação aos países da OCDE.

É pouco quando se olha por aluno, mas é muito quando se compara com o PIB. E os recursos vêm aumentando ao longo do tempo, só que nosso desempenho está muito aquém. Tivemos um sucesso de inclusão, mas um fracasso no desempenho.

Tivemos um sucesso de inclusão, mas um fracasso no desempenho.

Por quê? Somos o 13º no ranking dos países que mais publicaram artigos científicos.

A gente tem no Brasil um problema sério de incentivos para professores universitários. Como há o financiamento de bolsas de pós-graduação (mestrado, doutorado, pós-doc), se exige desses alunos a produção de teses, dissertações e artigos. Mas não há mecanismos diretos e eficientes de incentivo para que as universidades públicas possam produzir pesquisas de impacto. Não digo que não existam as que fazem; existem, mas é a minoria.

O que acontece é que após a aprovação em um concurso público para professor universitário de uma Federal ou Estadual, o único incentivo que se tem para publicar é por causa da progressão de carreira. Mas não é um incentivo direto. Em algumas instituições privadas no Brasil e principalmente nos Estados Unidos, você tem incentivos financeiros conforme o sucesso da pesquisa do sujeito.

Se foi publicado em uma revista de alto impacto, que vai ter uma grande audiência e influência científica, o pesquisador vai ganhar um bônus, um pagamento pela publicação, maior do que alguém que publicou em uma revista de menor reputação.

E no Brasil?

No Brasil, segundo o critério Qualis, não há uma grande variação na pontuação para as revistas de grande impacto internacional e as revistas de baixo impacto, sobretudo nacionais. Então há um incentivo perverso para o pesquisador massificar sua pesquisa geral e transformar em uma série de artigos, muito deles muito parecidos, com pouca contribuição científica. Isso porque em quantidade, ele pode ganhar mais pontos do que fazendo pouca pesquisa de alto impacto, afinal isso é pouco premiado.

Há um incentivo perverso para o pesquisador massificar sua pesquisa geral e transformar em uma série de artigos, muito deles muito parecidos, com pouca contribuição científica.

Isso fez com que a gente tenha batido recorde de produção científica em termos quantitativos. Nunca se produziu tantas teses, tantos artigos científicos, como se produz hoje. Entretanto, a gente continua, em termos de relevância científica, somos incipientes.

Há algum incentivo econômico para o pesquisador?



Acredito que precisamos discutir a questão da isonomia salarial. Será que a gente precisa que todos os professores universitários ganhem a mesma coisa? Se um tem alto impacto na ciência e o outro não, acho que a gente precisa rever essa projeção de carreira e os critérios que incentivam a pesquisa.

Se um professor de uma universidade federal decide não pesquisar e apenas cobrir sua carga com aulas e atividades extra-classe de baixa produção científica, ele sobrevive na carreira. Boa parte dos professores optam por cumprir uma carga básica de aulas e deixam de fazer ciência porque não tem nenhum benefício financeiro, ela vira uma espécie de hobby.

Como é a contratação de um funcionário de uma universidade federal? Ele passa em um concurso e depois tem o emprego vitalício? Como é feita a avaliação de sua produtividade?

Um professor da rede pública de ensino superior é contratado com um salário definido de acordo com seu regime de dedicação, se é em tempo integral ou dedicação parcial.

Uma vez que presta o concurso e ingressa na instituição, é muito difícil essa pessoa ser desligada. Existem sim processos internos que podem levar à demissão do docente, mas certamente não é por produtividade -a não ser que não cumpra com o mínimo, não vá dar aula, enfim, coisas muito extremas.

O aumento do salário se deve ao tempo. Quanto mais tempo ele passa no cargo, maior vai ser o salário. Esses dados são públicos, você vê entre os professores da Universidade de São Paulo, por exemplo, há pessoas que estão há muito tempo ganhando salários muito altos e professores que acabaram de entrar e que ganham um terço, às vezes um quarto deste salário.

A melhor estratégia para se ganhar mais na universidade, é realmente esperar o tempo passar. Não aumentar minha produtividade, produzir mais pesquisas, pesquisar melhor, com mais impacto, ficar antenado na discussão internacional, frequentar congressos internacionais, enfim. Existe toda uma cultura que já é estabelecida nessas universidades de pouca eficiência científica, se você entrar lá quando acabou de terminar o doutorado com intuito “fazer acontecer”, vai encontrar todo um sistema que não ajuda nesse sentido.

A melhor estratégia para se ganhar mais na universidade, é realmente esperar o tempo passar.

O governador da Bahia, Rui Costa (PT), não vê problema nenhuma em cobrar mensalidade. Comentou recentemente sobre o financiamento da educação de alunos mais ricos por trabalhadores mais pobres em um cenário de grande informalidade e desemprego. Como o senhor vê essa afirmação?

Uma coisa que não faz muito sentido é a gente dar um grande subsídio para alunos de alta renda da educação superior. É fato que ocorre, a partir da introdução das cotas, uma mudança no perfil socioeconômico dos alunos da educação superior, mas ainda tem alunos que vêm de famílias mais abastadas.

A pergunta que a gente deve fazer é porque existe uma universidade pública, por que ela é gratuita e o que faria sentido para o governo investir recursos pesados nisso. Temos dados do Banco Mundial no ano passado que mostram que um aluno de universidade pública custa pelo menos duas vezes mais que o aluno de universidade privada.

A cobrança de mensalidade não vai resolver o problema do financiamento da educação superior, principalmente o financiamento da ciência, mas vai corrigir uma distorção que gera desigualdade. O que a universidade pública faz, a privada jamais conseguiria fazer, que é ciência que precisa de investimento. Isso sim é papel do Estado.

Sobre a estrutura geral do funcionalismo público, a mecânica é parecida com a das universidades. Se presta o concurso uma vez e o cargo é vitalício. Há avaliações de performance e rendimento durante a carreira? Como isso funciona?

Em termos gerais a gente não tem uma sistemática clara de avaliação de desempenho. Sei que não é fácil de criar, porque dentro do setor público há funcionários com atividades que podem ser avaliadas em sua produção, mas tem outros burocráticos, mais difícil de se avaliar.

Em todos os casos, se a gente olhar para o setor privado, tem métricas para avaliar tudo isso. Precisamos olhar para a governança privada e buscar nela os melhores exemplos de avaliação de funcionários para conseguir discutir essa questão.

Como funciona lá fora?

O que todo mundo faz é diminuir, na medida do possível, o número de cargos públicos. Não criar empregos que pagam tão acima da média de mercado, como a gente tem no Brasil. O problema não está no número de trabalhadores do setor público, mas na falta de mecanismos de gestão.

Não há incentivo para que as pessoas produzam mais a partir de um mecanismo de bonificação conforme desempenho ou a própria progressão de carreira baseada nisso. O problema é que além de não ter esses incentivos diretamente associados, temos também empresas do setor público pagando alto demais, se comparado ao setor privado. A maior desigualdade que a gente tem no país é a desigualdade de rendimentos do setor público para o privado.

A evolução dos últimos anos nos rendimentos do setor privado permaneceu constante a despeito do aumento expressivo do desemprego. Neste período, mesmo com a crise forte, a gente tem uma casta de trabalhadores que são protegidos da demissão ou de todas as intempéries econômicas que possam ter e que têm aumento de ganho real do salário independentemente do que aconteça com a economia. Não faz sentido.

Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) o número de servidores públicos cresceu 83% nos últimos 20 anos, saindo de 6,264 milhões em 1995 e registrando em 2016 11,492 milhões. É justo um funcionário público aposentar-se nestas condições, quando temos uma multidão de desempregados, fora os empregos informais ou PJs? Como fica esse equilíbrio?

O programa de previdência é fundamental para o país, ainda mais um país pobre como o

nosso. Mas a gente está financiando esses trabalhadores, que são do setor público, que ganham mais do que os trabalhadores do setor privado.

Tem uma outra lógica perversa nisso que é a questão etária. Se você pega o gasto por um indivíduo ao longo da vida, o governo gasta mais na aposentadoria do que nos anos iniciais. Deixamos de fazer os investimentos lá no começo da vida da pessoa, como creches, alfabetização e ensino básico. Isso faz com que essa pessoa, quando chega no mercado de trabalho, não tenha a qualificação necessária para atender os requisitos das empresas. É um trabalhador de baixa produtividade, que vai ganhar pouco durante a vida e vai aposentar com um salário mínimo.

Embora o setor privado seja o maior responsável pelo rombo previdenciário (75% do total), o deficit per capita do funcionalismo público é bem maior, quase oito vezes maior. Em que medida a proposta de Paulo Guedes intervém nesse desequilíbrio?

É uma tentativa de equalizar o regime da previdência do setor privado com o regime dos trabalhadores do setor público e isso sim, a longo prazo, pode ter uma diferença bastante grande nessas desigualdades sociais. Está enquadrada ali, inclusive, a própria previdência dos políticos. Então, nesse sentido, acho que é bastante importante.

## **DIÁRIO DOS CAMPOS - TEMPO REAL**

### **UEPG se manifesta contra novos cortes de bolsas da Capes**

#### **Miguel Sanches Neto participa na próxima quarta-feira (29) de reunião da Abruem em Brasília para construir um posicionamento coletivo das universidades estaduais e municipais**

A Universidade Estadual da Bahia e o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação (Foprop) promoveram, entre os dias 23 e 24 de maio, um encontro com representantes das Universidades Estaduais, Municipais e Comunitárias do Brasil. Após congelamento de bolsas não utilizadas em abril, o Representante da Diretoria do Programa de Bolsas no País (**Capes**), Lucas Resende Salviano, informou que, em junho, serão congeladas 70% das substituições de bolsistas de cursos nota 3 “antigos” e, em julho, outras 30% nos nota 4.

São considerados antigos os cursos que obtiveram a mesma nota em duas avaliações consecutivas. Os pró-reitores foram informados que não haverá verba para cursos novos, isto é, bolsas enxoval só serão criadas a partir do segundo ano, conforme disponibilidade financeira.

A Universidade Estadual de Ponta Grossa, representada pelo pró-reitor de Pesquisa e Pós-graduação, Giovani Favero, manifesta-se veementemente contra as medidas anunciadas. “A maioria das notas 3 e 4 são de instituições com cursos recentes e/ou do interior do país. Esta política de corte atinge a ciência de forma geral e limita as oportunidades do surgimento de talentos sem condição financeira e que não estejam nos grandes centros. É um duro golpe na pesquisa brasileira realizada nas Universidades Estaduais”.

O pró-reitor enfatizou que todas as universidades presentes no evento argumentaram contra o conjunto de decisões apresentadas pela **Capes**. “Porém, segundo Salviano, os cortes não são negociáveis e já serão implementados a partir do mês que vem”, enfatiza Favero.



## Debates

O reitor, Miguel Sanches Neto, tem participado de discussões com os demais reitores das universidades públicas brasileiras, através da Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (Abruem), Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif) e Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior no Brasil (Andifes), para a assinatura da Carta de Brasília em Repúdio aos Cortes no Ensino Superior. Sanches entende que este é um momento de união de todas as forças sociais em prol dos investimentos em educação.

“As universidades não podem ficar de fora das mesas de tomadas de decisões quando se trata de criar critérios de investimento em pesquisa e pós-graduação porque elas são o locus dessas atividades”. O reitor participa na próxima quarta-feira (29) de reunião da Abruem em Brasília para construir um posicionamento coletivo das universidades estaduais e municipais sobre os cortes na educação.

topo ↕

### **ENGEPLUS - TEMPO REAL**

**Governo anuncia investimento de R\$ 94,7 milhões em bolsas universitárias  
O anúncio foi feito pelo governador Carlos Moisés e pelo secretário de Estado da Educação**

O Governo do Estado confirmou nesta segunda-feira, dia 27, um investimento de R\$ 94,7 milhões pelo Programa de Bolsas Universitárias de Santa Catarina (Uniedu) durante o segundo semestre deste ano. A previsão é de que a verba seja disponibilizada em cursos presenciais de Graduação, Licenciatura, Especialização, Mestrado e Doutorado. O anúncio foi feito pelo governador Carlos Moisés e pelo secretário de Estado da Educação, Natalino Uggioni, na presença do diretor de Formação de Professores da Educação Básica da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, Carlos Lenuzza.

“Fizemos um comparativo no que se investiu em bolsas de graduação e pós-graduação, tanto stricto sensu quando lato sensu, e o que trazemos hoje é a disponibilidade do governo de investir mais que o dobro neste ano. É um anúncio relevante principalmente para o nosso aluno carente que precisa de um apoio do estado. Temos que trabalhar muito o ensino fundamental e médio, mas também apoiar o aluno que conseguiu chegar ao ensino superior”, afirmou o governador.

De acordo com o secretário Natalino Uggioni, os recursos são oriundos do Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior (FUMDES) também visam investir na formação de professores. “Serão 1.986 novas bolsas. Além de ampliarmos a oferta, temos novidades como Licenciaturas para comunidades Quilombolas, Indígenas e também duas Especializações com foco inovador”, concretiza o secretário.

### Novos cursos de especialização

Entre as licenciaturas, serão ofertadas 910 bolsas para cursos de Inglês, Química e Física. Com habilitação em Pedagogia, os números de benefícios chegam a 200 para as

comunidades Quilombolas, Indígenas Kaingang (Aldeia Kondá) e Laklãnõ Xokleng (Terra Indígena Ibirama Laklãnõ).

Entre as novidades, está a oferta de duas novas Especializações, que terão 400 vagas no curso de Inovação na Educação e 110 em Educação e Segurança Humana. Em demais cursos de Especialização, Mestrado e Doutorado, o montante será de 366 bolsas.

As instituições de ensino superior que tiverem interesse em aderir ao programa ou em ofertar os novos cursos propostos deverão enviar os projetos após publicação do edital, que será publicado no site da SED nos próximos dias.

A necessidade de abertura dos cursos foi diagnosticada após estudos das equipes da Secretaria de Estado da Educação e Gerências Regionais de Educação com base na necessidade do corpo docente de Santa Catarina.

Outro destaque, é que em breve os interessados poderão se cadastrar no site do Uniedu a qualquer tempo, ou seja, não haverá mais um período de cadastramento como era feito até o momento. “É uma forma de desburocratizar o processo e ampliar as oportunidades”, diz o secretário.

Os R\$ 70 milhões do artigo 170, serão para ampliar a oferta com novas bolsas de estudo e pesquisa e dentro do Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional (Proesde). O Proesde visa à concessão de bolsas para estudantes de graduação em áreas estratégicas e de licenciaturas.

topo ↕

## **UFSC - TEMPO REAL**

### **Pioneiro na América Latina, projeto da UFSC estuda geração de energia com aerofólios**

Com o intuito de explorar energia eólica de modo mais barato e economicamente viável, o projeto UFSCkite estuda e desenvolve uma tecnologia alternativa que explora a força dos ventos com aerofólios. A rentabilidade em relação ao sistema de aerogeradores atuais é a grande vantagem da tecnologia, que dispensa torres e grandes estruturas e pode ser implementada em um número maior de localidades. Além disso, os aerofólios podem explorar altitudes maiores, que possuem ventos mais fortes e constantes. A ideia é prender um aerofólio, de asa rígida ou flexível, como um parapente, a um cabo de material sintético, resistente e leve, que é enrolado em um tambor, e cujo eixo encontra-se acoplado a um gerador. De acordo com previsões de empresas e universidades americanas e europeias, estima-se que esta tecnologia chegue ao mercado num horizonte de cinco a dez anos. Os pesquisadores da UFSC são os pioneiros e únicos na América Latina a estudar e desenvolver esta tecnologia.

“A fim de aumentar a velocidade relativa do vento, e assim produzir mais energia, o aerofólio se move rapidamente numa trajetória cíclica, tipicamente em forma de oito horizontal para evitar acúmulo de torção no cabo. A figura abaixo ilustra o funcionamento do sistema de geração: com a força de tração no cabo, o tambor gira desenrolando o cabo e gerando energia, até que o comprimento máximo desejado do cabo seja atingido. Nesse momento, o aerofólio é reconfigurado para uma condição de baixa eficiência aerodinâmica, causando uma ampla redução na força de tração. Com isso, o cabo é enrolado de volta no tambor, gastando-se uma pequena parte da energia gerada. Quando o comprimento mínimo desejado do cabo é atingido, o aerofólio é

novamente reconfigurado para máxima eficiência e uma nova etapa de geração é iniciada com o cabo sob forte tração se desenrolando e girando o tambor”, explica o professor coordenador do projeto UFSCkite, Alexandre Trofino, .

O protótipo do UFSCkite consiste em um aerofólio flexível de 17m<sup>2</sup>, 600 metros de cabo sintético (dyneema) e um gerador de 12 kW de potência. Estima-se que, em operação contínua sob ventos de em média 30 km/h, disponíveis até 600 metros de altura, a produção de energia elétrica seja equivalente ao consumo médio de vinte residências brasileiras. Para encontrar localidades suscetíveis a uma geração de energia mais vantajosa, o projeto desenvolve uma estação de medição de vento de baixo custo, que atua até 600 metros de altura, e é baseado em drone e tomografia acústica. Atualmente, o projeto encontra-se em fase de teste de campo. Os testes de controle de trajetória estão disponíveis no canal do youtube do projeto.

O UFSCkite surgiu em 2012, e, segundo os professores coordenadores do projeto, Alexandre Trofino e Marcelo De Lellis, do Departamento de Automação e Sistemas da UFSC, existe a previsão que o projeto transfira-se em uma startup em torno de quatro anos. A startup seria responsável pelo escalonamento da potência dos aerogeradores para valores maiores, inserindo o produto no mercado nacional. Além do foco nos testes de campo, o projeto também deve instalar uma planta-piloto no Sapiens Parque, localizado em Canasvieiras, que permitirá a realização de um estudo realista da viabilidade econômica da tecnologia.

Segundo Alexandre, “o estado atual dessa tecnologia no mundo é de pesquisa e desenvolvimento, mas existem empresas com protótipos de unidades móveis de geração muito próximos de um produto de mercado, por exemplo as empresas alemãs Enerkite e Skysails. Algumas empresas, como a Skysails , estão apostando no desenvolvimento de aerogeradores offshore, motivados pelo fato de que as plataformas flutuantes tornam-se mais baratas e possuem sistema convencional de ancoragem para esses novos aerogeradores com aerofólios cabeados, mesmo em locais de água profunda”.

O apoio financeiro do projeto é do CNPq, juntamente com as empresas Brametal, para as estruturas de pouso e decolagem automatizadas do aerofólio, Sol Paragliders, para o fornecimento de parapentes customizados, e Novarum Sky, para o sistema de posicionamento do drone de medição de vento. Em média, o UFSCkite envolve quinze pessoas, somando os bolsistas CNPq e **Capex**, professores, alunos e pós-graduandos. O projeto também oferece novas vagas de estágio e estudos de pós-graduação com frequência, envolvendo áreas como controle de sistemas, filtragem, automação, eletrônica embarcada (software e hardware), modelagem e eletrônica de potência.

Mais informações nos sites do projeto: <http://ufsckite.ufsc.br/> e <http://ufsckite.gitlab.io/#/home>.

Texto: Eduardo Vargas/Divulgação Propesq

topo ↕

## **AGÊNCIA CÂMARA - TEMPO REAL**

### **Relator apresenta parecer preliminar sobre LDO e defende prorrogação do Fundeb**

O relator do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2020 (PLN 5/19), deputado Cacá Leão (PP-BA), divulgou nesta segunda-feira o relatório preliminar, com



as regras para apresentação de emendas ao projeto. No texto, ele defendeu a prorrogação do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação).

“É imperioso garantir a renovação dessa importante fonte de financiamento da educação básica”, disse. “A sua extinção [do Fundeb] pode gerar um caos sem precedentes para a educação do País.”

A legislação atual extingue o Fundeb em 2020. O fundo é considerado uma fonte importante de recursos para o financiamento da rede pública de ensino no País. Criado em 2006, o Fundeb reparte recursos da União entre estados e municípios. Para este ano, os recursos previstos somam R\$ 152,5 bilhões, mais uma complementação pela União de, no mínimo, R\$ 15,2 bilhões.

Cacá Leão lembrou que o Congresso analisa propostas sobre o tema. Na Câmara dos Deputados, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 15/15 torna o Fundeb um instrumento permanente de financiamento da educação básica pública, além de elevar o volume de recursos do fundo. No Senado Federal, com objetivos parecidos, tramitam outras duas PECs (33/19 e 65/19).

Nesta semana, a comissão especial que analisa a PEC 15/15 promoverá duas audiências para analisar a proposta.

#### Emendas parlamentares

A Lei de Diretrizes Orçamentárias compreende as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientar a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA), dispõe sobre as alterações na legislação tributária e estabelece a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

Conforme o relatório preliminar de Cacá Leão, o Anexo de Prioridades e Metas do projeto de LDO para 2020 será elaborado por meio de emendas de inclusão de ações já constantes das leis orçamentárias de 2018 e 2019. No ano passado, houve vetos, sob argumento de que a eventual ampliação no rol das prioridades “dispersa os esforços do governo” e “afeta o contexto fiscal”.

O prazo para emendas ao relatório preliminar vai até quarta-feira (29). Elas podem ser apresentadas por deputados e senadores (individuais) e por comissões das duas Casas e bancadas estaduais (coletivas). As emendas se direcionam ao texto do projeto de LDO, que tem caráter normativo, e ao Anexo de Metas e Prioridades.

Conforme as consultorias de Orçamento da Câmara e do Senado, a proposta da LDO para 2020 prevê que, atendidas as despesas obrigatórias e as de funcionamento dos órgãos e das entidades, as prioridades e metas da administração federal serão estabelecidas na Lei do Plano Plurianual 2020-2023. O texto deve ser encaminhado ao Congresso somente em agosto, até o dia 31.

ÍNTEGRA DA PROPOSTA:  
PLN-5/2019

topo ↕

## **AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL**

**Somente quatro de 20 metas do Plano Nacional de Educação foram parcialmente cumpridas**

**Projeção indica que contenção de recursos na área pode fazer com que até 90% das metas sejam descumpridas até 2024**

RIO- Um levantamento feito pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação revelou que das 20 metas do Plano Nacional da Educação (PNE), que foi sancionado 2014, apenas quatro foram parcialmente cumpridas, as demais estão longe do objetivo definido no documento e podem ser inviabilizadas pelo bloqueio de verbas promovido na área da educação.

O levantamento projeta que caso o contingenciamento de recursos para a área seja mantido, o Plano chegará a 2024, último ano de vigência, com cerca de 90% das metas descumpridas. O balanço afirma que a emenda constitucional que definiu um teto de gastos públicos por 20 anos é uma das grandes ameaças ao PNE.

Além do teto de gastos que já vinha impondo austeridade ao setor educacional, o governo chegou a contingenciar R\$ 7,4 bilhões do Ministério da Educação (MEC) e mesmo com um desbloqueio recente de R\$1,6 bilhão continua com uma grande baixa de recursos. O cenário levou milhares de pessoas às ruas no último dia 15 em protestos contra os cortes feitos no MEC.

O Plano Nacional da Educação, que foi sancionado após ampla discussão no Congresso, estabelece metas progressivas para toda a educação brasileira ao longo de 10 anos. O cumprimento do PNE vai se tornando cada vez mais distantes à medida que as metas intermediárias vão sendo descumpridas.

Os efeitos da contenção de recursos aparecem em uma das metas estruturantes do Plano, que diz respeito ao financiamento da educação. De acordo com a meta 20, 10% do PIB devem ser investidos na educação pública até 2024. Até 2019, o país já deveria ter alcançado pelo menos 7%, mas, segundo o estudo, apenas 5% do PIB são investidos na área.

Nesse sentido, as discussões para reformular o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), que vence em 2020, serão fundamentais para garantir um aumento no investimento em educação. O Fundeb é o grande responsável pelo financiamento da educação brasileira atualmente e registra um montante de cerca de R\$156,4 bilhões, compostos por recursos provenientes de impostos e de complementação da União.

A falta de recursos afeta diretamente a ampliação da rede. Na meta 1, por exemplo, um dos aspectos prevê um aumento na cobertura de creche. A lei diz que até 2024 o país deve alcançar um índice de 50% das crianças de até 3 anos matriculadas na educação infantil. O dado mais recente, referente a 2017, mostra um percentual de 34,1%.

O atraso em relação à série que deveria cursar também é um dos grandes problemas da educação brasileira. Segundo o PNE, até 2024, o Brasil deveria ter pelo menos 95% dos estudantes brasileiros do ensino fundamental concluindo a etapa na idade certa, mas o documento informa que em 2018 o índice era de 75,7%.

Alvo de bloqueio de verbas do governo, a educação superior é outra etapa com uma meta que dificilmente será cumprida. O PNE estabelece que é preciso ampliar o acesso de modo a alcançar 50% da população adulta na educação superior até 2024, mas, atualmente, a taxa é de 37,5%. Há ainda o objetivo de alcançar no mesmo período 33% da população de 18 a 24 anos na etapa, mas atualmente o índice também está distante, na casa dos 25,6%.

## Índice de Direito à Educação

Nesse contexto drástico, a Campanha lançou nesta segunda-feira, em parceria com o Fundo Educacional Internacional Results, o Índice de Direito à Educação (RTEI). O indicador leva em consideração tratados internacionais para verificar o progresso dos países em relação à garantia desses direitos. A nota geral varia de 0 a 100 e o Brasil aparece com 75.

O índice leva em conta cinco eixos: governança, eficácia, acessibilidade, aceitação e adaptabilidade. A pontuação mais baixa registrada pelo Brasil é no quesito "aceitação", com nota 58, que mede a qualidade da educação disponibilizada, considerando além dos resultados de aprendizagem, a relevância cultural desses conteúdos e a segurança do ambiente educacional.

A melhor pontuação do país é no item "governança", com 75. O tópico mede a estrutura legal da educação e verifica se o país tem regulamentação sobre o tema e se é signatário de tratados relevantes na área. O tópico também inclui financiamento.

topo ↕

## A REDE - NOTÍCIAS

### **O pró-reitor de Pesquisa e Pós-graduação, Giovani Favero, comentou que o corte "é um duro golpe na pesquisa brasileira realizada nas Universidades Estaduais"**

A Universidade Estadual da Bahia e o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação (Foprop) promoveram, entre os dias 23 e 24 de maio, um encontro com representantes das Universidades Estaduais, Municipais e Comunitárias do Brasil. Após congelamento de bolsas não utilizadas em abril, o Representante da Diretoria do Programa de Bolsas no País (**Capes**), Lucas Resende Salviano, informou que, em junho, serão congeladas 70% das substituições de bolsistas de cursos nota 3 "antigos" e, em julho, outros 30% nos nota 4.

São considerados antigos os cursos que obtiveram a mesma nota em duas avaliações consecutivas. Os pró-reitores foram informados que não haverá verba para cursos novos, isto é, bolsas enxoval só serão criadas a partir do segundo ano, conforme disponibilidade financeira.

A Universidade Estadual de Ponta Grossa, representada pelo pró-reitor de Pesquisa e Pós-graduação, Giovani Favero, manifesta-se veementemente contra as medidas anunciadas. "A maioria das notas 3 e 4 são de instituições com cursos recentes e/ou do interior do país. Esta política de corte atinge a ciência de forma geral e limita as oportunidades do surgimento de talentos sem condição financeira e que não estejam nos grandes centros. É um duro golpe na pesquisa brasileira realizada nas Universidades Estaduais".

O pró-reitor enfatizou que todas as universidades presentes no evento argumentaram contra o conjunto de decisões apresentadas pela **Capes**. "Porém, segundo Salviano, os



cortes não são negociáveis e já serão implementados a partir do mês que vem”, enfatiza Favero.

O reitor, Miguel Sanches Neto, tem participado de discussões com os demais reitores das universidades públicas brasileiras, através da Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (Abruem), Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif) e Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior no Brasil (Andifes), para a assinatura da Carta de Brasília em Repúdio aos Cortes no Ensino Superior.

Sanches entende que este é um momento de união de todas as forças sociais em prol dos investimentos em educação. “As universidades não podem ficar de fora das mesas de tomadas de decisões quando se trata de criar critérios de investimento em pesquisa e pós-graduação porque elas são o locus dessas atividades”.

O reitor participa na próxima quarta-feira (29) de reunião da Abruem em Brasília para construir um posicionamento coletivo das universidades estaduais e municipais sobre os cortes na educação.

topo ↕

## CATRACA LIVRE - NOTÍCIAS

### **Estudantes e professores se unem em 2º ato pela Educação**

#### **A manifestação será realizada nesta quinta-feira, 30, em todo o país**

O dia 15 de maio entrou para a história: estudantes e professores de todo o país saíram às ruas em suas cidades contra os cortes anunciados pelo MEC (Ministério da Educação) nas universidades públicas e institutos federais, além do bloqueio de bolsas de mestrado e doutorado oferecidas pela **CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**. Em São Paulo, foram mais de meio milhão de pessoas na manifestação que ocupou a Avenida Paulista.

Logo após os protestos, a UNE (União Nacional dos Estudantes) anunciou o novo dia de mobilizações, que acontecerá nesta quinta-feira, 30. Já estão confirmados eventos em diversos estados e capitais.

A manifestação em São Paulo está marcada para ocorrer no Largo da Batata, na zona oeste, a partir das 16h. No Rio, a concentração do ato será às 15h na Candelária, centro da cidade. Também vão acontecer eventos fora do Brasil: Estados Unidos, Irlanda e Suíça, segundo informações divulgadas pela UNE.

Confira os eventos nas capitais:

São Paulo

Rio de Janeiro

Porto Alegre

Belo Horizonte

Brasília

Salvador

Curitiba

Fortaleza

Belém

Recife

Manaus

Natal

São Luís

Resposta às manifestações pró-Bolsonaro

O segundo protesto pela Educação também é uma resposta aos atos em apoio ao presidente Jair Bolsonaro, que ocorreram neste domingo, 26, em 50 cidades de 12 estados e no Distrito Federal.

Entre os grupos na linha de frente das manifestações a favor do governo, estavam o Nas Ruas, Ativistas Independentes, Direita São Paulo, Movimento Avanço Brasil, Patriotas Lobos Brasil e o Clube Militar. O MBL (Movimento Brasil Livre) e o Vem Pra Rua não aderiram à mobilização.

topo ↕

**GAZETA DO POVO – PR - TEMPO REAL**

**Como uma bolsista de ciências sociais tornou o Brasil referência na Itália**

A ciência produzida na academia brasileira tem pouco impacto internacional. A falta de resultados e os excessos ideológicos têm sido citados por representantes do governo como justificativa para o contingenciamento de gastos que atinge as verbas de custeio e investimento.

“Entre as 250 melhores universidades do mundo, não tem nenhuma brasileira”, disse neste mês o presidente Jair Bolsonaro (PSL), ao criticar o baixo desempenho das instituições de ensino do país.

Leia também: O problema não está nas ciências humanas. Mas no que fizeram com elas

Mas as universidades federais também têm bons exemplos a serem enaltecidos - inclusive nas ciências humanas. Um desses bons exemplos é o de Aline Beltrame de Moura.

Formada em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em 2008, ela concluiu um mestrado na mesma instituição dois anos depois. Na época, foi contemplada com uma bolsa da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**.

Com a dedicação em tempo integral, conseguiu manter um bom desempenho e ter uma alta produtividade, o que lhe abriu as portas para o passo seguinte: o doutorado na Universidade de Milão, uma das mais importantes da Itália. “Para entrar no doutorado, é preciso produzir, publicar, participar de eventos. Isso exige tempo. O aluno que precisa trabalhar enquanto faz o mestrado tem muitas dificuldades”, afirma.

No doutorado, Aline precisou novamente de uma bolsa da **Capes**. O apoio financeiro, diz ela, foi essencial para a permanência na Itália. Apesar de a universidade italiana cobrar taxas apenas simbólicas, seria impossível para Aline viver em Milão sem a bolsa do órgão federal brasileiro. Durante os três anos e meio no exterior, ela obteve um auxílio de aproximadamente 1.900 euros mensais.

Em seu doutorado, Aline desenvolveu uma tese em que analisa detalhadamente a cidadania comum implementada na União Europeia e projeta como os países do Mercosul poderiam adotar um modelo semelhante - ideia que está na pauta do órgão Sul-Americano.

A tese foi apresentada em 2014. Meses depois, o trabalho de Aline, feito totalmente em italiano, foi escolhido como a melhor tese em direito internacional do país europeu naquele ano. Nenhum estudante estrangeiro havia recebido a honraria até então. Uma premiação do tipo, em um país com uma longa tradição nos estudos do Direito, era uma distinção importante, e permitiu a Aline iniciar uma carreira de destaque na academia ainda antes dos 30 anos de idade.

Hoje, como professora concursada da UFSC, Aline compartilha os conhecimentos que adquiriu fora do país. O currículo construído na Itália já rendeu frutos: com intermediação dela, a universidade foi escolhida pela União Europeia para receber o Módulo Jean Monnet. Isso significa que a instituição de ensino vai atuar como unidade de referência na pesquisa dos temas ligados à integração dos países da Europa. Em 2018, a UFSC foi a única universidade da América Latina a ser contemplada com a distinção.

O projeto de três anos, com financiamento de 30 mil euros, é um reconhecimento importante e deve aumentar a internacionalização da universidade. Além de Aline, os trabalhos têm a participação de dois professores, dois doutorandos e um mestrando.

Como parte do novo projeto, Aline está organizando a publicação de um livro com pesquisadores de países como Eslováquia, Suécia, Japão e Ucrânia. Ela também acaba de enviar uma estudante para passar um período de pesquisa em Portugal, sob orientação de um professor local.

Também por causa da atuação de Aline, a UFSC se tornou membro da Impacto Acadêmico, uma iniciativa das Nações Unidas que agrega 1,3 mil instituições de ensino de 130 países.

“Se eu for parar para pensar, nada disso foi possível se eu não tivesse feito o doutorado lá na Itália”, diz a professora.

"Relegada"

Aline afirma que, por ter escolhido uma área de estudos que é relegada no Brasil,



precisava ir para o exterior para obter uma formação de qualidade. Estudar em uma universidade brasileira não era uma opção viável àquela altura. “Se eu não conseguisse a bolsa naquele ano, eu iria tentar novamente no ano seguinte. Na área de direito internacional, especificamente nos estudos sobre integração regional, o Brasil ainda não tem material humano suficiente. Sem esse doutorado no exterior, eu teria seguido outra carreira”, explica ela.

A pesquisadora não tem dúvidas de que, mesmo na área de humanas, é possível gerar desenvolvimento econômico por meio da aplicação de recursos na educação. “Uma sociedade é composta por diversos fatores humanos e econômicos, e é preciso haver um equilíbrio”, analisa.

Além disso, ela afirma que o tema que escolheu estudar tem um potencial de impacto econômico significativo. “Quando a gente estuda processos de integração regional, a análise econômica é imprescindível. A circulação de pessoas para trabalhar ou fazer turismo gera também provoca uma movimentação econômica relevante”, conclui.

Agora, Aline trabalha para que futuros doutorandos na área de direito internacional não precisem deixar o Brasil para fazer um trabalho de excelência.

topo ↕

## JORNAL GRANDE BAHIA - TEMPO REAL

### **Sem verbas e bolsas, pesquisas e atendimentos especializados correm risco de parar; Governo Bolsonaro promove grave retrocesso nas ciências do Brasil**

O bloqueio de 40% da verba de custeio básico da UFBA e o corte de 82 bolsas de pós-graduação pela **CAPES** podem inviabilizar atividades do ensino e pesquisa da pós-graduação e os serviços de atendimentos especializados resultantes delas.

O bloqueio de 40% da verba de custeio básico da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e o corte de 82 bolsas de pós-graduação pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** poderão inviabilizar atividades do ensino e pesquisa da pós-graduação e os serviços de atendimentos especializados resultantes delas. “A suspensão dos recursos impacta toda a vida dentro da universidade”, afirma o pró-reitor de Pesquisa, Criação e Inovação e de Ensino de Pós-graduação da UFBA, Olival Freire Jr.

Se não forem revertidos os bloqueios à verba de destinada a custear a manutenção predial, os contratos de limpeza, segurança e portaria e o pagamento de contas de água e energia, “as salas de aula terão o funcionamento comprometido, já que a descontinuidade dos serviços básicos de um prédio o deixam vulnerável”, diz o pró-reitor. Além disso, “os laboratórios de pesquisas dotados de vários equipamentos que precisam de energia e, principalmente, ar condicionado, para dar andamento aos experimentos e manter o armazenamento dos materiais coletados, terão o funcionamento paralisado”, acrescenta.

Somando-se a isso, a notificação da **Capes**, no dia 08 de maio, por meio do Ofício Circular nº 1/2019-GAB/PR/CAPES, recolhendo as bolsas e taxas escolares não utilizadas em vários programas de pós-graduação resultou na suspensão de 72 novas bolsas, que seriam destinadas de estudantes de mestrado e doutorado, e 10 de pós-doutorado, informou o pró-reitor. A supressão desse percentual de 5% do total de 1.570 bolsas da pós-graduação da UFBA, “não é desprezível, pois esses estudantes são

fundamentais para o andamento de vários projetos de pesquisas”.

Entretanto, o mais grave, segundo ele, “é que, neste momento do corte das bolsas, muitos programas de pós-graduação, estão fazendo ou tinham acabado de fazer as seleções dos candidatos, e muitos dos estudantes já estavam com os nomes registrados em atas, esperando para o benefício ser implementado”. Para ilustrar a situação de insegurança, o pró-reitor citou o caso de um estudante de doutorado da UFBA que saiu do estado de São Paulo, planejando viver em Salvador com a bolsa da **Capes**, que agora teme ter que voltar para seu estado de origem e deixar os estudos na universidade baiana, pois não terá como sobreviver.

Os reflexos de tais interrupções também se estenderão para a sociedade, onde há pessoas que são diretamente beneficiadas pelas pesquisas, como resultados dos anos de investimento e investigação de estudantes e professores, nos diversos projetos atendimento que estão fortemente ameaçados de extinção. Veja alguns exemplos:

Projeto pioneiro de reconstrução, reparação e regeneração do tecido ósseo pós-trauma

Utilizando modelagem 3D e células-tronco, é desenvolvido pela equipe de Ortopedia e Traumatologia do Complexo Hospitalar Universitário Professor Edgard Santos da Universidade Federal da Bahia, sob a coordenação do professor Gildásio Daltro, em cooperação técnica com o Polo de Inovação Salvador do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA). Atende às vítimas de acidentes de trânsito, principalmente motocicletas, que resultam em traumas de alta energia e lesão grave de ossos e músculos com dores lancinantes, gastos elevados e sequelas funcionais. Segundo Daltro, “a pesquisa com célula-tronco tem fontes de financiamento provenientes, principalmente, de emendas parlamentares, mas os cortes de verbas podem tornar a universidade inadimplente e com dificuldade de manter sua infraestrutura, o que logo implicará no atendimento e funcionamento de quaisquer pesquisas”.

Atendimento em Odontologia

Para complementar as aulas teóricas, a Faculdade de Odontologia realiza aulas práticas, ofertando serviços odontológicos gratuitos à população menos favorecida de Salvador, atendendo cerca de 600 pacientes por dia. Além disso, fornece serviços exclusivos, análise patológica, diagnóstico de câncer bucal e radiologia para outros órgãos de saúde, como a Secretaria Municipal de Saúde de Salvador. De acordo com o diretor da unidade, Marcel Arriaga, a Faculdade possui 143 equipamentos em funcionamento, destinados ao atendimento das pessoas e o porte total da aparelhagem ultrapassa a de cidades da região metropolitana e é a única unidade da rede pública que trabalha com próteses de olho, nariz e orelhas.

Diante disso, Arriaga prevê que “as atividades serão fortemente impactadas com o corte das verbas de manutenção, pois não haverá como adquirir materiais de consumo para a realização de procedimentos como cirurgia, raio X e etc. Atrapalhará completamente a oferta de serviços, principalmente, com a redução de servidores terceirizados que cuidam de ações básicas e essenciais”.

Pesquisa sobre arboviroses, zika, dengue e chikungunya

São desenvolvidas no laboratório de virologia do Instituto de Ciências da Saúde (ICS) e, de acordo com a professora Sílvia Sardi, “uma possível baixa no fornecimento de energia inviabilizaria o funcionamento do laboratório, que possui geladeiras e freezer de altas cargas, além de estudas e fluxos de lâminas, o que acarretaria na perda de material biológico de anos de pesquisa”. Sardi, que trabalha ao lado do pesquisador Gúbio Soares, lembrou que “se houver uma suspensão no abastecimento de água, também causará a perda de reagentes, que são comprados com recursos públicos e isso seria mais um prejuízo irreparável, pois o dinheiro destinado à aquisição deste insumo, não será repost”.

Outro aspecto afetado seria a esterilização de materiais, “inviabilizando totalmente as pesquisas que interessam a toda a sociedade, pois tem surgido novas endemias que precisam ser conhecidas”, explica a pesquisadora. Além disso, ela enfatizou que a diminuição paulatina de recursos para manutenção de estudantes bolsistas dificulta o avanço das pesquisas nesse laboratório. “Não temos como contratar mão de obra específica, por isso, são os estudantes que realizam os trabalhos necessários para o andamento da pesquisa. Sem os bolsistas, fica difícil”, disse.

## Projeto Caminhos do Trabalho

Atende trabalhadores adoecidos do setor de call centers na região da Grande Salvador, com o objetivo de mapear a subnotificação das doenças ocupacionais e acidentes de trabalho na área. O serviço, que funciona no ambulatório Professor Magalhães Neto, entrevista trabalhadores de call centers para identificar os males que causaram o afastamento laboral e analisar cada caso. A partir de orientação jurídica e do exame clínico, prepara-se um dossiê (relatórios médicos e de outras instituições) com o objetivo de solicitar ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) a transformação do benefício B31 em B91, que garante a permanência no emprego e recolhimento para a previdência. De acordo com o coordenador do projeto e professor da Faculdade de Economia da UFBA, Vítor Filgueiras, “uma possível suspensão de energia, tornaria a atividade inviável, pois não há possibilidade de atendimento aos trabalhadores”.

topo ↕

## JORNAL GRANDE BAHIA - TEMPO REAL

### **FIDI se une à entidades filantrópicas em Brasília em defesa do setor**

**Organizada pelo Fórum Nacional das Instituições Filantrópicas, a Caravana da Filantropia tem o objetivo de sensibilizar o poder público sobre a importância do trabalho realizado pelo segmento nas áreas de saúde, educação e assistência social**

Representantes de entidades filantrópicas de todo o Brasil estarão reunidos em Brasília nos dias 28, 29 e 30 de maio para mais uma edição da Caravana da Filantropia.

Organizado pelo Fórum Nacional das Instituições Filantrópicas - FONIF, o movimento tem o objetivo de promover esclarecimento sobre o setor e dialogar com o poder público a respeito da contribuição da filantropia para a sociedade, além de defender os direitos do segmento.

A Fundação Instituto de Diagnóstico por Imagem (FIDI), que atua há 30 anos na saúde pública de São Paulo e tem como objetivo prestar assistência à população, é um dos apoiadores da causa e estará em Brasília no período. A instituição realiza 5 milhões de exames por ano e está presente em 85 municípios do País, sendo o maior provedor de exames de diagnósticos por imagem para a área pública.



A FIDI chega a ser responsável por 100% de determinados exames de diagnósticos por imagem realizados em municípios de São Paulo. Em São Caetano do Sul, por exemplo, representa 100% dos diagnósticos por tomografia e ressonância magnética e, em Itapevi, na região de Osasco, também é responsável por 100% dos exames de ultrassonografia e tomografia. “Nos associamos ao FONIF porque este tipo de parceria está alinhado aos valores da instituição, como humanização e responsabilidade social. Ficamos muito felizes em fazer parte desse movimento”, conta Cristiane Claro, coordenadora de relacionamentos institucionais da FIDI.

“A ideia é apresentar aos parlamentares os dados da pesquisa realizada pelo FONIF que mostram a representatividade do setor filantrópico, bem como os resultados das ações desenvolvidas por suas entidades em todo o Brasil. Com isso, esperamos conquistar maior reconhecimento, além de um olhar mais cuidadoso sobre o nosso segmento, que tanto realiza pelo país”, diz Custódio Pereira, presidente da instituição.

Até agora, mais de 150 pessoas, entre presidentes, líderes e gestores de entidades filantrópicas de norte a sul do Brasil já confirmaram sua participação no movimento esse ano. Interessados em se juntar a esse grupo podem se inscrever gratuitamente na página da Caravana da Filantropia, onde também são encontradas mais informações sobre a iniciativa.

## Principais números da filantropia no Brasil

De acordo com os números consolidados na nova pesquisa do FONIF sobre o setor, a cada R\$1,00 investido pelo Estado no segmento filantrópico com as imunidades fiscais, a contrapartida real é de R\$7,39.

Na área da saúde, as entidades filantrópicas realizam mais de 260 milhões de procedimentos e são responsáveis por 59% de todas as internações de alta complexidade do Sistema Único de Saúde, isso sem mencionar que 906 municípios brasileiros são atendidos exclusivamente por um hospital filantrópico.

Na educação não é diferente. Segundo o levantamento, as instituições do segmento somam mais de 2,4 milhões de alunos e corresponde a 15% de todos os estudantes matriculados na educação superior no país. Vale ainda destacar nessa área o aspecto qualitativo, já que essas instituições são reconhecidas pela oferta de uma educação de altíssima qualidade, conforme constatação de rigorosos rankings de avaliação, como ENEM, ENADE e CAPES.

Na área de assistência social a relevância dos dados é a mesma. Mais de 3,6 milhões de vagas de serviços essenciais de proteção básica são oferecidos pelo setor, incluindo atendimentos de média e alta complexidade, assessoramento e defesa e garantia de direitos. O número equivale a 47% das vagas da rede socioassistencial privada do país.

Para saber mais e obter dados da pesquisa na íntegra, acesse o site do FONIF:

<https://materiais.fonif.org.br/atualizacao-pesquisa>

topo ↕

**LEIA JÁ - NOTÍCIAS**

**UPE abre inscrições para mestrado em educação**

## **O Programa de Mestrado Acadêmico recebe inscrições até o dia 31 de maio**

O campus da Mata Norte da Universidade de Pernambuco (UPE) abriu inscrições para o Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu (mestrado) Profissional em Educação 2019. O programa de Mestrado Acadêmico, aprovado pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, tem duas linhas de pesquisa: Formação de Professores e Política e Gestão Educacional.

Os candidatos serão avaliados através da análise do pré-projeto de pesquisa, prova dissertativa sobre a área do mestrado, defesa do pré-projeto, análise do currículo e prova de idiomas (inglês ou espanhol). As inscrições ficam abertas até dia 31 de maio e podem ser realizadas na Secretaria do Mestrado, que fica no bloco A no térreo da unidade, por meio de pagamento de taxa de inscrição no valor de R\$ 150;

São oferecidas 23 vagas e o resultado final será divulgado até o dia 23 de julho. Para mais informações, o público pode entrar em contato com e-mail [mestradoemeducacao@upe.br](mailto:mestradoemeducacao@upe.br) ou com o telefone (81) 3633-4615. Confira o edital completo do processo clicando aqui. A unidade da UPE fica na Rua Amaro Maltês de Farias, Nazaré da Mata-PE.

topo ↕

## **METRÓPOLES - TEMPO REAL**

### **Norte e Nordeste têm maior número de pessoas sem ensino fundamental Segundo IBGE, no Brasil 35% de pessoas em idade de trabalhar que não concluíram o ensino fundamental**

De acordo com os dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) do primeiro trimestre de 2019, o Brasil tem 35% de pessoas em idade de trabalhar que não concluíram o ensino fundamental – etapa da educação básica voltada à população na faixa etária dos 6 aos 14 anos.

E as regiões Norte e Nordeste apresentam o menor índice de escolaridade, ou seja, concentram o maior número de pessoas que não concluíram esta etapa de ensino nestas regiões do país. No Norte, 44,1% das pessoas com mais de 14 anos não concluíram o ensino fundamental. No Nordeste, o índice é menor, com taxa de 38,7%. A região que concentra o maior índice de acesso aos estudo é a região Sudeste.

Dados do IBGE indicam que 5,2 milhões de desempregados procuram trabalho há mais de 1 ano. E relacionando os dados acima com o atual momento, em que o cenário da educação brasileira passa por um contingenciamento orçamentário, fica a dúvida sobre os planos para os ensinos básico, fundamental e médio, que influenciam diretamente nas taxas de desemprego.

Com um mercado tão estreito, uma opção é a educação de Jovens e Adultos (EJA) que perpassa por todos os níveis da educação básica e é destinado para aqueles que não deram continuidade aos estudos ou que não tiveram acesso a essas modalidades do ensino na idade adequada. Com isso, quem nunca teve a oportunidade de completar os estudos ainda ganha uma chance de sair das estatísticas do desemprego.

Bolsa de estudo é alternativa

Pensando em proporcionar estudo de qualidade para todos, o programa de inclusão

educacional Educa Mais Brasil oferta bolsas de estudo para várias modalidades de ensino, em todas as regiões do país. Em 15 anos de atuação, o programa já beneficiou mais de 1 milhão de estudantes. Para educação básica as bolsas chegam até 50% e no ensino superior pode chegar até 70%. Acesse o site do Educa Mais Brasil e confira todas as oportunidades.

topo ↕

## **PORTAL DO AGRONEGÓCIO - TEMPO REAL**

### **Cientistas desvendam mecanismo de percepção do frio na macieira**

#### **Macieira precisa de frio para superar dormência e iniciar a brotação**

Descoberta de pesquisadores da Embrapa Uva e Vinho (RS) abre caminho para o desenvolvimento de macieiras que precisam de menos dias de frio para produzir. Eles descobriram o mecanismo de ação do gene ICE1 no processo de indução e superação da dormência da planta, etapa fundamental para garantir a produção dos frutos. De acordo com a hipótese dos cientistas, esse gene funciona como um gatilho térmico que, ao ser estimulado pelo frio, dispara uma cascata de respostas como a indução da dormência, processo fundamental para plantas originalmente de clima temperado florescerem e produzirem frutos.

“Esse processo é tão importante que instituições de pesquisa do mundo inteiro investem recursos em estudos para tentar entendê-lo”, frisa o pesquisador da Embrapa Luís Fernando Revers, responsável pela equipe que fez a descoberta. Ele explica que o controle genético da dormência em Rosaceae, família botânica à qual pertence a maçã, é um processo complexo e a identificação dos genes controladores é um grande desafio. “Podemos usar esse conhecimento para desenvolver novas cultivares com menor exigência de frio e continuar a produzir a fruta mesmo com o aquecimento percebido nos últimos anos”, esclarece.

Depois de identificar o gene responsável ICE1, a equipe da Embrapa Uva e Vinho criou um modelo hipotético explicando como ocorre o processo de indução e superação da dormência, etapa fundamental para garantir a produção dos frutos (veja vídeo abaixo). A ideia do projeto foi selecionar e estudar ao longo de sete anos duas populações segregantes de maçãs do Programa de Melhoramento Genético da Epagri, com diferentes períodos de brotação e floração, sendo mais tardias ou precoces. Nesse período, a pesquisa foi conduzida em duas etapas: genotipagem e fenotipagem. A etapa da genotipagem permitiu a montagem do mapa genético. Posteriormente, a integração dos dados de fenotipagem com o mapa genético levou à identificação dos locus associado ao período de brotação e o gene ICE1.

O cruzamento dos resultados permitiu a elaboração da hipótese do modelo de brotação divulgado em um artigo científico intitulado *A primavera está chegando: análises genéticas do locus da data de brotação revelam genes de percepção do frio e de superação da dormência em macieira (Malus X domestica Borkh.) (Spring Is Coming: Genetic Analyses of the Bud Break Date Locus Reveal Candidate Genes the Cold Perception Pathway to Dormancy Release in Apple (Malus X domestica Borkh.)*”, publicado na revista *Frontiers in Plant Science*.

O cientista da Embrapa conta que a geração de cultivares adaptadas a cenários com menor disponibilidade de frio demanda avanços no conhecimento básico dos mecanismos biológicos de controle da dormência das gemas. “Apesar de se saber a respeito da ação de alguns fatores sobre o controle da dormência, ainda não se dispõe do



conhecimento de como eles se inter-relacionam e o que pode ser classificado como causa ou consequência”, pontua o pesquisador Marcus Vinícius Kvistchal, que coordena o programa de melhoramento genético da macieira da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), parceiro nas pesquisas da Embrapa Uva e Vinho. A equipe de Kvistchal irá testar na prática o uso conhecimento gerado no trabalho para o melhoramento de macieira.

Pesquisador explica o mecanismo de dormência e percepção do frio da macieira

Desenvolvimento acelerado de cultivares

O pesquisador da Epagri comenta que, caso a hipótese se confirme, a descoberta do funcionamento do ICE1 poderá acelerar o processo de desenvolvimento de uma nova cultivar em até dez anos. “A descoberta irá possibilitar ações de melhoramento mais precisas e rápidas por meio da seleção assistida por marcadores moleculares”, prevê. O cientista explica que a partir de agora a seleção de uma nova cultivar com menor exigência de frio poderá ser feita assim que a semente germinar, dispensado a sua avaliação de desenvolvimento no campo.

Evelyne Costes, pesquisadora da área de Melhoramento Genético e Adaptação de Plantas Mediterrâneas e Tropicais (AGAP) do Institut National de la Recherche Agronomique (INRA), da França, considera a parceria entre Embrapa e INRA importante para enfrentar o desafio imposto pelas mudanças climáticas. “Espera-se que a expertise complementar de cada grupo beneficie muito a parceria, implementada desde 2016 por meio de um projeto conjunto chamado Dormap, que se beneficiou do financiamento da Embrapa e da Agropolis”, lembra.

Ela conta que o trabalho é organizado em três eixos científicos principais: a geração e troca de dados genômicos; a análise funcional de genes relacionados à dormência e a exploração da variabilidade genética para apoiar o melhoramento de plantas. Entre os resultados futuros, Evelyne destaca a elaboração de um acordo permitindo a criação do “Laboratório Internacional Associado”, a ser construído por meio de parceria entre as instituições, a fim de facilitar as visitas mútuas de pessoal (estudantes e pesquisadores) e a elaboração de novos projetos a serem financiados para apoiar as pesquisas.

A pesquisa

“A escolha das populações da pesquisa foi feita a partir do trabalho desenvolvido pelo melhorista da Epagri, hoje aposentado, Frederico Denardi. Ele já havia selecionado algumas populações híbridas que a apresentavam menos requerimento de frio dentro do estudo que vinha conduzindo desde 1972, na Epagri”, explica Kvistchal, que deu continuidade ao trabalho.

Para essa pesquisa, foram selecionadas duas populações com base no fenótipo de requerimento de frio mediano dos genitores. Em uma das etapas do mapeamento genético foi realizado o sequenciamento parcial do genoma dos genitores para encontrar polimorfismos, ou seja, identificar diferenças. “Só é possível montar um mapa genético se forem identificadas as características segregantes e essa é a primeira etapa”, explica Revers.

A etapa seguinte foi fazer o mapa genético com base em chips de DNA para genotipagem em larga escala (nove mil marcadores de polimorfismo único). Além do trabalho de genotipagem no laboratório, a equipe também realizou a fenotipagem, ou seja, avaliaram no campo como essas populações se comportavam em relação ao frio e à brotação. Essa atividade ficou sob a responsabilidade da pesquisadora da Embrapa Ana Beatriz Costa Czermainski, que ao longo de sete anos acompanhou as populações do cruzamento no campo.

As duas populações foram cultivadas respectivamente em Bento Gonçalves, na Serra Gaúcha, e em Vacaria, nos Campos de Cima da Serra, uma região com invernos mais rigorosos, com o objetivo de mensurar o efeito do clima de cada região no período de brotação. “Durante o experimento, todas as plantas foram avaliadas de duas a três vezes por semana, nos meses de julho a novembro, para monitorar o momento exato da brotação e da floração”, conta a pesquisadora, que na sequência realizou a análise que resultou na fenotipagem.

Mais de 600 horas de frio

A macieira, assim como outras fruteiras de clima temperado, é induzida ao estado de dormência pelos primeiros frios do outono e passa o inverno acumulando horas de frio para superar a dormência e retomar o crescimento na primavera. As cultivares dos grupos Gala e Fuji representam mais de 90% da produção brasileira e demandam em média de 600 a 800 horas de frio para superar a dormência e atingir uma produção sustentável. Segundo levantamentos da Área de Agrometeorologia da Embrapa Uva e Vinho, com base nos dados das Estações Meteorológicas do Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet), nos últimos cinco anos, a média das horas de frio (abaixo de 7,2°C) da região de Bento Gonçalves (RS) ficou em 302 horas e nos Campos de Cima da Serra, em 561 horas, ou seja, abaixo do considerado ideal para uma boa produção. Para compensar a exposição ao frio abaixo do ideal, a produção sustentável da macieira no sul do Brasil depende da aplicação de agentes químicos capazes de induzir a brotação.

Segundo acompanhamentos da equipe técnica é comum a ocorrência de perdas de produção atribuídas à insuficiência de acúmulo de frio durante o período de repouso hibernal e com as perspectivas das mudanças climáticas a produtividade poderá ser afetada.

De acordo com a Associação Brasileira de Produtores de Maçã (ABPM), hoje, além de atender o mercado nacional, a produção brasileira é responsável pela exportação anual de cerca de US\$ 52 milhões em fruta fresca. Por isso, desde 2007 a equipe da Embrapa, em parcerias com universidades e institutos de pesquisa no Brasil e no exterior, vem concentrando esforços na temática, a partir da execução de diversos projetos de pesquisa (veja quadro no fim do texto).

Segundo Revers, depois de utilizar uma série de programas complexos que auxiliaram a fazer o mapa genético e da exploração da fenotipagem para identificação dos loci (regiões do DNA) associados à brotação/floração, o bolsista Tiago Sartor realizou uma inspeção visual detalhada no segmento de DNA da extremidade do cromossomo 9 e identificou o gene ICE1 na porção mais significativa do locus associado à brotação.

Ele conta que ao longo desse trabalho foram publicados diversos artigos sobre os avanços relacionados ao mecanismo da dormência e brotação nas macieiras e o grupo da Embrapa foi o único a identificar esse gene e a sua relação com o processo. “Achar o gene ICE1 foi crucial para elaborar a hipótese de como acontece indução da dormência e a brotação após o período invernal. Agora precisamos continuar e testar nossa hipótese na prática”, revela o pesquisador, que irá contar com a colaboração do INRA e da Epagri nessa nova etapa.

## Melhoramento genético mais rápido

Kvistchal explica que se a hipótese for comprovada, o trabalho de melhoramento genético será mais rápido, possibilitando uma vantagem interessante. “Em vez de ter de esperar a nova seleção de macieira apresentar as características no campo, vamos poder fazer o teste logo que a semente germinar e, por meio da extração do DNA, avaliar o gene ICE1. Se tiver a marca, a seleção segue na avaliação e caso não tenha, já será descartada”, explica ele.

O pesquisador pondera que a descoberta será de extrema importância para todos os programas de melhoramento no mundo, especialmente para os interessados no desenvolvimento de novas cultivares mais adaptadas a regiões com menos frio, como é o caso do Brasil, garantindo maior agilidade e precisão na criação de cultivares. Nos 47 anos de existência do Programa de Melhoramento Genético da Maçã da Epagri, foram lançadas 19 cultivares, sendo 15 híbridas e quatro seleções de mutações espontâneas.

Para Costes, do INRA, a descoberta contribuiu significativamente para o estudo do processo de dormência e controle genético em macieira. Ela considera que a equipe liderada por Revers confirmou a robustez da associação entre a data da brotação e o locus na extremidade do cromossomo 9, onde estão presentes genes como ICE1, FLC e PRE1. “As descobertas e a hipótese da brotação relatadas no artigo abrem novas perspectivas para a comunidade científica e para aplicações em fruticultura”, avalia ela.

Costes destaca que a descoberta não irá auxiliar apenas o setor produtivo no sul do Brasil, pois muitos outros locais sofrem com a redução da exposição ao frio, como regiões produtoras do Mar Mediterrâneo, por exemplo.

“Alguns dos genes que foram associados à data de brotação podem ser potencialmente usados em programas de melhoramento para obter novas variedades melhor adaptadas aos cenários climáticos presentes e futuros, no Brasil, mas também em diferentes países e para diferentes condições climáticas”, afirma a pesquisadora.

## As pesquisas com macieiras

Ao longo de 12 anos, pesquisadores da Embrapa, Epagri e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) vêm fazendo uma série de experimentos, coletas e observações sobre os mecanismos de controle da dormência nas áreas de genética molecular, melhoramento genético, modelagem e fisiologia vegetal. A preocupação principal foram os efeitos impostos pelas mudanças climáticas no planeta, que afetaram negativamente a pomicultura brasileira. Essas são algumas publicações desses trabalhos:



**Banco de dados sobre dormência: o Apple Bud Dormancy Database (Apple BDDDB)** é um aplicativo para web que permite consultar uma base de dados de genes relacionados ao processo de dormência. Apresenta registros amostrais para os 57 mil genes de macieira a partir de oito experimentos comparativos, resultando em mais de 450 mil registros de níveis de expressão.

linha\_tempo\_maca  
Arte: Luciana Prado

Coordenação: Embrapa Uva e Vinho. Instituições parceiras: Embrapa Trigo, Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, Embrapa Informática Agropecuária, Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Financiadora de Inovação e Pesquisa (Finep), Associação Brasileira de Produtores de Maçã (ABPM), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (Fapergs). Os recursos do projeto são oriundos da Embrapa, Epagri, Finep, **Capes**, CNPq e Fapergs.

topo ↕

## ARGENTINA - NEWS

**Desde Agroindustria aseguran que los tamberos recuperaron rentabilidad El aumento de las exportaciones, provocó un incremento del precio que recibe el productor, y también mejoró su participación en el precio final. Además, destacaron las medidas que se implementaron para transparentar la cadena**  
26 de mayo de 2019

Pese a que se atraviesa una caída en el consumo y producción de leche en muchas zonas afectadas por las condiciones climáticas adversas, la lechería luego de varios años de profunda crisis, comienza a mostrar signos de recuperación. Funcionarios de la Secretaría de Gobierno de Agroindustria, sostienen que el aumento de las exportaciones de productos lácteos permitió un aumento del precio al tambero y también deriva en una mejora de su participación en el precio final que paga el consumidor.

Así lo reflejan los datos del Instituto Argentino de Profesores Universitarios de Costos (IAPUCO). En marzo pasado el tambero recibió un 32,3% del precio final de los productos lácteos, mientras que en marzo de 2018 la participación del productor había alcanzado el 29,5%. Desde Agroindustria sostienen que cuando arrancó el gobierno de Mauricio Macri, la participación del tambero en el precio final de los productos en enero de 2016 se ubicaba en el 21,5%.

Por otro lado desde la Secretaría que conduce Luis Miguel Etchevehere, presentan los datos de costos regionales de producción de leche que elabora el INTA y que se publican en el Observatorio de la Cadena Láctea Argentina (OCLA), los cuales muestran que los tambos han recuperado rentabilidad desde los inicios del presente año. El tambo promedio considerando 10 zonas productivas, tuvo en marzo una rentabilidad del 6,8% de promedio regional.

Además los funcionarios sostienen que esa rentabilidad también fue favorecida por una mejor relación entre el precio de su producto y el de los insumos. En la actualidad con cada litro de leche el tambero compra un 38% más de maíz, ya que en abril del año

pasado adquiría 1,68 kilos de maíz por cada litro de leche y hoy accede a 2,32 kilos del grano por litro. En el caso de la soja, otro de los insumos que se utilizan como alimento para los animales, en abril de 2018 el tambero apenas llegaba a comprar un kilo con un litro de leche. En cambio en abril de este año, el productor accedió a comprar 1,43 kilos de soja por cada litro, es decir, un 43% más.

Desde el Observatorio de la Cadena Láctea Argentina sostienen que, para el presente año la lechería "presenta una mejora integral respecto al año anterior, pero muy dependiente de las cuestiones de la macroeconomía". En una última encuesta que se realizó, "todos perciben una mejora del negocio", aseguran.

## Opiniones

Para Alejandro Sammartino, Director Nacional de Lechería, "la mejor defensa de la participación del tambero en el precio final de la leche es generar mercados alternativos y así se favorece toda la cadena de valor. El desarrollo de una política de fomento de las exportaciones, como viene implementando este gobierno, permite que la oferta siga en equilibrio. De esta forma, se empieza a recomponer la oferta y así cada vez más el consumidor argentino accederá a lácteos de mejor calidad y a mejor precio".

Luis Miguel Etchevehere, Secretario de Gobierno de Agroindustria, en diálogo con este medio comentó: "El tambo fue un rubro muy castigado por las políticas del gobierno anterior, que imposibilitaban la competencia dentro de la cadena y generaban una fuerte distorsión de precios. Gracias al trabajo que venimos haciendo en la Mesa Láctea hoy se están viendo los resultados de las políticas que se implementaron para transparentar la cadena de valor".

El Secretario destacó entre las políticas que se implementaron, la apertura de mercados y el desarrollo de acciones y herramientas para transparentar la cadena de valor, como el Sistema Integrado de Gestión de la Lechería Argentina (SIGLEA), el protocolo de solución de controversias en la cadena láctea y el mercado de futuros de la leche.

## Mercados Internacionales y transparencia de la cadena

En el regreso de nuestro país al plano internacional, en 2018 se ganaron 14 destinos para los productos lácteos que llegan a más de 75 países. Debido a esto, las exportaciones de lácteos aumentaron el año pasado un 37%, con un volumen cercano a las 334.000 toneladas. En el primer trimestre de este año, las ventas al exterior crecieron en volumen un 9%, donde se comercializaron 72.601 toneladas por un valor de 210,33 millones de dólares. A su vez, en promedio el precio al tambero se incrementó un 13% en abril, en relación a marzo. "Esto permitió sostener la demanda general y el interés de compra de la materia prima", sostuvo Etchevehere, quien recordó que los principales destinos de nuestras exportaciones son Brasil, Argelia, Chile, Rusia y China.

Por otro lado, en Agroindustria sostienen que con más información y transparencia, se benefician todos los actores de la cadena. También comentaron que es importante simplificar la transmisión de datos dentro del sector y lograr una base de datos única mediante el SIGLEA, que permite tener un precio promedio de la leche.

Además en la búsqueda de una mejor previsibilidad de toda la cadena, como por ejemplo el mercado de futuro de la leche, a través del cual se permite proyectar un precio de la leche para el productor y la industria cubrirse de variaciones futuras.

Por último, resaltaron el aumento del mínimo no imponible que empezó a regir en marzo pasado, sobre el que se calculan las alícuotas de las contribuciones patronales. Esta medida alcanza la producción primaria de leche. El beneficio mensual que pasó de \$7.003,68 a \$17.509,20.

La lechería empieza a mostrar otro panorama. Seguramente que salir de la crisis de los últimos años llevará mucho tiempo, porque lamentablemente en el camino han quedado productores fuera de la actividad, y los que siguen apostando a la misma están endeudados y con serios problemas de financiamiento y alta presión impositiva. Y a todo esto hay que sumarle las condiciones climáticas adversas, y la difícil realidad en materia de falta de mantenimiento de los caminos rurales.

## **DCI - SP - CARREIRA & GESTÃO**

### **As lições do caso Joana D'Arc**

Todos sabem o quanto eu sou fã deste momento histórico. Abundância de ideias, abundância de conectividade, abundância de pessoas querendo crescer, mudar o mundo e deixar um legado. Nunca, mas nunca mesmo, na história da humanidade tivemos tanta mobilidade social. Hoje, como nunca antes, independente de onde e em que condições nasceu, qualquer um pode chegar aonde quiser. Basta estabelecer objetivos, se preparar e correr atrás.

O caso Joana D'Arc é mais um incrível de superação. Negra, nascida em uma família muito simples e com pouco estudo, foi à luta, se dedicou e chegou ao mais alto grau de formação na sua área, com mestrado, doutorado e várias patentes na área química. Tudo isso lhe rendeu fama, notoriedade e diversos convites para contar a sua história. Eu tive a oportunidade de assistir a uma palestra sua em 2018 e confesso que me emocionei algumas vezes, principalmente quando ela relatou casos de discriminação que sofreu, das dificuldades (inclusive para se alimentar) quando chegou a Campinas para estudar na Unicamp, entre outras etapas da sua vida nas quais teve que superar grandes dificuldades para dar mais um passo rumo ao seu objetivo. Uma história inspiradora, comovente e muito bonita.

Porém, como ela mesma assumiu nesta última semana, “A gente se empolga e acaba falando demais”, quando teve que explicar algumas inverdades que foram descobertas a respeito da sua história. Especificamente em relação ao pós-doutorado em Harvard, a bolsa da **Capes** (órgão do Ministério da Educação) e a idade em que começou a graduação na Unicamp (19 e não 14 anos). Cabe a cada um julgar o tamanho do erro, que na minha visão, não apaga o seu legado e o belo trabalho que faz em Franca com crianças em condições de risco social, mas que deixa um belo arranhão na sua biografia, deixa.

Duas competências comportamentais que trabalho com meus alunos há anos são “Ética e Moral” e “Autenticidade”. Quem já teve aula comigo sabe da minha posição radical em relação a elas. São duas competências que não são grandes alavancadoras de carreira, mas podem destruir uma em minutos, ainda mais num mundo conectado em que as notícias (boas e ruins) correm na velocidade da luz. Na competência “Ética e Moral” existe uma habilidade que diz “Conquista as coisas pelo próprio mérito e não quer se apropriar do que não é seu”. Já na competência “Autenticidade”, a habilidade que toca este tema diz “Fala o que faz e faz o que fala”. Na minha visão, como digo enfaticamente aos meus alunos, temos que levar ambas ao pé da letra, sem concessões.



A razão é simples – Uma falha aí pode colocar em cheque todo o resto. No caso da Joana, muitos se perguntam o porquê desses “exageros”, até porque a sua história já é fantástica mesmo sem eles. O que se ganha com isso? Nada. Muito pelo contrário, portas se fecham. Neste caso, uma entrevista no Roda Viva já gravada não vai ao ar e o filme que contaria a sua história talvez não aconteça mais.

Portanto fica aqui mais uma lição de que, neste mundo conectado e onde deixamos rastros por onde passamos, mentiras de qualquer ordem ou tamanho serão descobertas (por alguém ou alguma câmera) e podem, no limite, destruir toda uma reputação conquistada. O melhor, como digo aos meus alunos, é ser radical e não deixar rabos para trás, porque alguém vai encontrar e pisar. Até o próximo!

topo ↕

## GAZETA DO POVO – PR - EDUCAÇÃO

### Como uma bolsista de ciências sociais tornou o Brasil referência na Itália

Educação

A ciência produzida na academia brasileira tem pouco impacto internacional. A falta de resultados e os excessos ideológicos têm sido citados por representantes do governo como justificativa para o contingenciamento de gastos que atinge as verbas de custeio e investimento.

“Entre as 250 melhores universidades do mundo, não tem nenhuma brasileira”, disse neste mês o presidente Jair Bolsonaro (PSL), ao criticar o baixo desempenho das instituições de ensino do país.

Mas as universidades federais também têm bons exemplos a serem enaltecidos - inclusive nas ciências humanas. Um desses bons exemplos é o de Aline Beltrão de Moura.

Formada em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em 2008, ela concluiu um mestrado na mesma instituição dois anos depois. Na época, foi contemplada com uma bolsa da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**.

Com a dedicação em tempo integral, conseguiu manter um bom desempenho e ter uma alta produtividade, o que lhe abriu as portas para o passo seguinte: o doutorado na Universidade de Milão, uma das mais importantes da Itália. “Para entrar no doutorado, é preciso produzir, publicar, participar de eventos. Isso exige tempo. O aluno que precisa trabalhar enquanto faz o mestrado tem muitas dificuldades”, afirma.

No doutorado, Aline precisou novamente de uma bolsa da **Capes**. O apoio financeiro, diz ela, foi essencial para a permanência na Itália. Apesar de a universidade italiana cobrar taxas apenas simbólicas, seria impossível para Aline viver em Milão sem a bolsa do órgão federal brasileiro. Durante os três anos e meio no exterior, ela obteve um auxílio de aproximadamente 1.900 euros mensais.

Em seu doutorado, Aline desenvolveu uma tese em que analisa detalhadamente a cidadania comum implementada na União Europeia e projeta como os países do Mercosul poderiam adotar um modelo semelhante - ideia que está na pauta do órgão Sul-Americano.

A tese foi apresentada em 2014. Meses depois, o trabalho de Aline, feito totalmente em italiano, foi escolhido como a melhor tese em direito internacional do país europeu naquele ano. Nenhum estudante estrangeiro havia recebido a honraria até então. Uma premiação do tipo, em um país com uma longa tradição nos estudos do Direito, era uma distinção importante, e permitiu a Aline iniciar uma carreira de destaque na academia ainda antes dos 30 anos de idade.

Hoje, como professora concursada da UFSC, Aline compartilha os conhecimentos que adquiriu fora do país. O currículo construído na Itália já rendeu frutos: com intermediação dela, a universidade foi escolhida pela União Europeia para receber o Módulo Jean Monnet. Isso significa que a instituição de ensino vai atuar como unidade de referência na pesquisa dos temas ligados à integração dos países da Europa. Em 2018, a UFSC foi a única universidade da América Latina a ser contemplada com a distinção.

O projeto de três anos, com financiamento de 30 mil euros, é um reconhecimento importante e deve aumentar a internacionalização da universidade. Além de Aline, os trabalhos têm a participação de dois professores, dois doutorandos e um mestrando.

Como parte do novo projeto, Aline está organizando a publicação de um livro com pesquisadores de países como Eslováquia, Suécia, Japão e Ucrânia. Ela também acaba de enviar uma estudante para passar um período de pesquisa em Portugal, sob orientação de um professor local.

Também por causa da atuação de Aline, a UFSC se tornou membro da Impacto Acadêmico, uma iniciativa das Nações Unidas que agrega 1,3 mil instituições de ensino de 130 países.

“Se eu for parar para pensar, nada disso foi possível se eu não tivesse feito o doutorado lá na Itália”, diz a professora.

"Relegada"

Aline afirma que, por ter escolhido uma área de estudos que é relegada no Brasil, precisava ir para o exterior para obter uma formação de qualidade. Estudar em uma universidade brasileira não era uma opção viável àquela altura. “Se eu não conseguisse a bolsa naquele ano, eu iria tentar novamente no ano seguinte. Na área de direito internacional, especificamente nos estudos sobre integração regional, o Brasil ainda não tem material humano suficiente. Sem esse doutorado no exterior, eu teria seguido outra carreira”, explica ela.

A pesquisadora não tem dúvidas de que, mesmo na área de humanas, é possível gerar desenvolvimento econômico por meio da aplicação de recursos na educação. “Uma sociedade é composta por diversos fatores humanos e econômicos, e é preciso haver um equilíbrio”, analisa.

Além disso, ela afirma que o tema que escolheu estudar tem um potencial de impacto econômico significativo. “Quando a gente estuda processos de integração regional, a análise econômica é imprescindível. A circulação de pessoas para trabalhar ou fazer turismo gera também provoca uma movimentação econômica relevante”, conclui.

Agora, Aline trabalha para que futuros doutorandos na área de direito internacional não precisem deixar o Brasil para fazer um trabalho de excelência.

topo ↕

## **DESTAK - BRASIL**

### **EAD se consolida no Brasil**

#### **Em um ano, o número de cursos no país aumentou quase 30%, o maior crescimento registrado desde 2009**

O aumento no número de instituições no Brasil que oferecem o EAD (Ensino à Distância) confirma uma tendência que \_há quase duas décadas era rejeitada pela maioria dos acadêmicos e por muitas empresas na hora da contratação de profissionais.

De acordo com dados a Abmes (Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior), o número de alunos matriculados \_nessa modalidade quase que \_dobrou em menos de dez anos. Em 2009, 838 mil alunos se matricularam em cursos de EAD, \_sendo que o número saltou para 1.756.982, em 2017.

O censo realizado pelo Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) em 2018, mostra que as matrículas em EAD no Brasil cresceram 17,6% de 2016 para 2017. A quantidade de cursos no país também aumentou nesse período, passando de 1.662 para 2.108, o que representa aumento de 26.8% em apenas um ano, o maior crescimento desde 2009.

Essa categoria de ensino apresenta muitas vantagens, como atender estudantes que moram longe dos grandes centros urbanos, onde se concentra a maioria das escolas e universidades de ensino presencial, flexibilidade para fazer o próprio horário e baixo custo em relação aos cursos presenciais, contando ainda com \_a economia de gastos com alimentação e transporte.

#### **Superior e Pós**

No entanto, para o bom aproveitamento do curso, é preciso atender a um perfil que exige disciplina \_e dedicação. Quem deseja fazer o ensino superior ou pós-graduação a distância, mas necessita de \_lista de presença como pressão para não faltar às aulas e do contato pessoal com professores e colegas de sala, deve esquecer o EAD. O estudante deve ter acesso a computador com programas atualizados e in-ternet de qualidade e, o principal, muita disciplina para estudar as horas necessárias e cumprir as atividades exigidas.

Assim como os cursos presenciais, o EAD exige um mínimo de frequência para que o aluno seja aprovado. Esse controle é feito por meio das atividades no curso, como estudar o material que foi disponibilizado, preparando resumos e relatórios, fazer exercícios e participar de chats que promovem discussões e estudo.

Ao invés de professores, o estudante online terá tutores que acompanham seu dia a dia, fazendo cumprir a metodologia adotada. A legislação brasileira exige, no entanto, que a avaliação ao final do curso seja feita de forma presencial.

Por isso, quem pretende ingressar em um curso EAD de ensino superior ou pós-graduação, deve verificar o local das provas para se programar para as despesas de viagem e ausência do local de trabalho, por exemplo.



## Superior e Pós

Os cursos EAD se popularizaram no Brasil de tal forma, que atualmente é possível estudar quase tudo que se quiser, e imaginar, à distância e obter um certificado.

Com o número de desempregados no país na casa dos 13,5 milhões, segundo o Instituto Brasileiro de Estatística (IBGE), quem procura por uma colocação no mercado busca uma forma rápida e barata para adquirir um certificado e aumentar as chances.

topo ↕

### AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

#### **Brasil e Alemanha: os contrastes na Educação e Ciência**

Ricardo José Giordano - Professor associado do Departamento de Bioquímica, Instituto de Química da Universidade de São Paulo. Doutor em Bioquímica e Biologia Molecular. Pós-doutorado MD Anderson Cancer Center (Texas, EUA).

Nos últimos anos tivemos várias notícias ruins para a educação e ciência do país. Primeiro, durante a gestão Temer, a aprovação pelo congresso da PEC que congelou os gastos e investimentos com saúde, educação e ciência. Depois, mais recentemente, os pesados cortes anunciados pelo governo Bolsonaro das verbas para as universidades públicas, junto com as declarações do governo contra o ensino das ciências humanas, principalmente, o estudo de filosofia. E, se não bastasse, a notícia de um novo corte de verbas, desta vez, nas bolsas de pesquisa para os alunos de pós-graduação.

O congelamento dos gastos das universidades federais, que representam um terço da verba de custeio vai afetar drasticamente o dia-a-dia dos alunos. Na UFRJ, há o risco da universidade fechar as portas no meio do ano, por não poder manter o básico, como a segurança e limpeza das salas de aulas e banheiros para os alunos. Nas universidades mineiras, projetos que avaliam o impacto dos vazamentos das represas de Brumadinho e Mariana serão prejudicados. Estes são apenas alguns exemplos, mas o cenário é o mesmo (ou até pior) nas universidades de outros Estados. A isto, soma-se o corte de bolsas de pós-graduação, consideradas “ociosas” pelo governo. Não, elas não estavam ociosas; todos os meses, vários alunos terminam seus projetos e defendem suas teses de mestrado ou doutorado. Neste momento, as bolsas são liberadas e permanecem no sistema aguardando a chegada dos novos alunos ingressantes. Enquanto o final das teses de mestrado e doutorado (e liberação das bolsas) ocorrem ao longo do ano, a entrada de novos alunos geralmente se dá no início ou meio do ano, quando os exames de ingresso nas pós-graduações do País são realizados. Por isso, estas bolsas podem permanecer no sistema por alguns meses, aguardando a chegada dos novos alunos. Sendo assim, o corte de bolsas, que tem sido sistemático ao longo dos últimos anos irá, sim, afetar o dia-a-dia de muitos pesquisadores pelo país.

giordano-maio

Gráfico: Investimento em bolsas de pesquisa pela fundação **CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**. Adaptado de (<https://noticias.uol.com.br/confere/ultimas-noticias/2018/08/29/brasil-nao-gasta-mais-com-auxilio-moradia-a-juizes-que-com-bolsas-de-estudo.htm>) com dados da **CAPES** e do ministério da Educação.

Os alunos de pós-graduação são a força-motriz da ciência brasileira. São estudantes que continuam no meio acadêmico para aprofundarem seus conhecimentos nas mais

diversas áreas do conhecimento. São estas bolsas que fomentam a pesquisa da vacina da dengue, zika e febre amarela, por exemplo, ou que formam profissionais melhores preparados para lidar com as novas tecnologias. Dentre os mestres e doutores que formamos, alguns deles permanecem no meio acadêmico, mas a maioria, retorna para o mercado de trabalho como profissionais altamente qualificados. Abrem empresas startups, levando novas tecnologias para o mercado. Por isso, o problema deste corte não se limita ao impacto imediato nos projetos em andamento nas universidades e meios acadêmicos. Há o impacto futuro, que será sentido daqui a vários anos, tempo necessário para se formar um doutor. Ou seja, o congelamento destas bolsas irá impactar o futuro do País.

Estas notícias se contrastam com as do governo alemão, que também foram destaque nos nossos meios de comunicação: a Alemanha anunciou que irá aumentar em 160 bilhões de Euros seus gastos em educação e ciência nos próximos dez anos (<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/05/alemanha-anuncia-160-bilhoes-de-euros-para-universidades-e-pesquisa.shtml>, <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/05/08/alemanha-anuncia-160-bilhoes-de-euros-para-universidades-e-pesquisa.ghtml>). Segundo a ministra da Educação da Alemanha, estamos “investindo no futuro e garantindo a prosperidade de nosso país”.

Será que não deveríamos fazer o mesmo? O investimento no conhecimento, como destacou a ministra alemã, irá garantir uma força de trabalho melhor preparada para lidar com os desafios das novas tecnologias. Por isso, as bolsas de pós-graduação são elementos essenciais para a formação de nossos jovens. Num mundo onde novas tecnologias surgem a cada ano, numa realidade onde o diploma universitário é apenas o início de uma longa jornada, a formação avançada de nossos jovens através dos programas de pós-graduação é um elemento essencial para o progresso do país.

As notícias, praticamente ao mesmo tempo, do aumento do investimento na Educação pelo governo alemão e dos cortes de bolsas no Brasil, me lembraram também um episódio que vivi quando da minha primeira ida ao exterior. Em 1993, saí pela primeira vez do Brasil, rumo aos Estados Unidos. Financiado com bolsas da **CAPES** e, depois CNPq, fiz parte de meu doutorado na Universidade da Califórnia em Irvine (UCI). Foi sem dúvida, uma experiência importante na minha carreira. Não apenas pelo aspecto científico, mas também para minha formação como pessoa. Viver em outro país significa conhecer outra cultura, melhorar a fluência em outra língua, e mesmo mudar um pouco a forma de pensar. Tive ainda a oportunidade de participar de um programa novo criado pela UCI para fomentar e aproximar estudantes americanos e estrangeiros. Vivi num group-housing com estudantes de muitas nacionalidades, incluindo estudantes americanos (convívio este que, às vezes, é raro para estrangeiros). Foi um ano enfim de interação cosmopolita.

Um dos meus colegas nesta época foi um estudante alemão, chamado Mathias. Numa de nossas conversas, disse-lhe que tinha ido ao Estados Unidos para aprender biologia molecular e clonar um gene do parasita *Trypanosoma cruzi* (agente causador da Doença de Chagas), na expectativa de concluir o meu doutorado. Tive a impressão de que ele achou estranha minha explicação. Mas entendi sua confusão quando perguntei por que o governo alemão lhe pagou a viagem, o que ele estava fazendo na UCI? Sua resposta surpreendeu-me e guardei-a até hoje: "Estou aqui porque o governo alemão paga para que nós estudantes passemos um ano fora do país, possamos conviver com outras

culturas, aprender outras línguas". Não havia nenhum *quid pro quo* na história. O Mathias podia escolher as aulas que iria cursar, o que faria com o seu tempo.

Anos mais tarde, agora já professor na USP, tive outro exemplo deste tipo de filosofia do governo [alemão.ao](http://alemão.ao) receber em meu laboratório uma aluna de intercâmbio alemã, paga pelo governo deles, para passar o verão (europeu) no Brasil e fazer um estágio na USP.

Fui e continuo sendo adepto do programa Ciência Sem Fronteiras, criado pela presidenta Dilma Rousseff em 2011, que abriu as portas do mundo para milhares de brasileiros que nunca antes sonhariam em conhecer outros países. Mais de 100 mil brasileiros, entre eles 64.000 mil alunos de graduação, tiveram uma oportunidade semelhante a que tive em 1993. Não tenho dúvidas de que o programa foi um investimento no nosso futuro, de que esses estudantes, assim como eu, voltarão com uma visão diferente do mundo e da vida. Isto é importante para um país.

Eis por que precisamos lutar para que o número de bolsas de estudo cresça e não diminua, julgadas como gasto supérfluo. Estimulados pelo exemplo alemão, lutemos para que nosso governo, a par de investir mais na educação, acredite no estudante brasileiro e invista também no avanço da ciência brasileira; lutemos para que o programa Ciência sem Fronteiras, através de um diálogo ponderado entre o governo e a comunidade científica, seja devidamente restabelecido. Com isso, acreditamos que em futuro breve haveremos de ver o retorno do investimento feito na abertura do mundo para a juventude estudantil brasileira.

e sem um maior diálogo com a comunidade científica. Mas isto pode ser corrigido, e não deve ser um empecilho para possamos abrir novamente as portas do mundo para nossos jovens estudantes.

topo ↕

## **BLOG DO LUÍS NASSIF - BLOG**

### **O Brasil em Tempos de Paz Punitiva, por Mauricio Metri**

**Nesse quadro de crise, não deixa de ser surpreendente que a principal fonte de violência que atinge a sociedade brasileira, depois de 2016, é o próprio governo federal, algo agravado com a ascensão em 2019 do governo do senhor Bolsonaro.**

Há alguns anos generaliza-se o estado de perplexidade da sociedade brasileira, não somente por conta da prolongada crise por que passa o Brasil, mas sobretudo por causa da forma como ela se manifesta e se desenrola. É como se os eventos se multiplicassem e se atropelassem, e as pessoas seguissem resistindo à naturalização do absurdo e do grotesco ao custo de um estado permanente de indignação e revolta.

Deixando de lado as parvoíces, se a princípio a crise deu seus primeiros sinais com manifestações “espontâneas” em 2013, ela logo se instaurou na sociedade com o acirramento das disputas eleitorais de natureza político-partidárias em 2014. Tomou forma de uma severa recessão econômica em 2015-16, seguida de uma estagnação que ainda hoje perdura. Avançou também como uma crise institucional relativa aos princípios e garantias fundamentais do Estado Democrático de Direito consagrado na Constituição de 1988, sobretudo com o golpe de 2016 e com a prisão do ex-presidente Lula em 2018. Mas hoje a sensação é a de que vivemos sob uma crise ainda mais grave, de caráter civilizatório, relacionada aos ataques à razão e aos avanços da concepção de pós-verdade, do obscurantismo, do fundamentalismo e da intolerância.



Violências sobre a sociedade brasileira

Nesse quadro de crise, não deixa de ser surpreendente que a principal fonte de violência que atinge a sociedade brasileira, depois de 2016, é o próprio governo federal, algo agravado com a ascensão em 2019 do governo do senhor Bolsonaro. De maneira sintética e sem pretensões exaustivas, apenas para facilitar o raciocínio, podemos dividir as formas de violência do governo sobre a sociedade em três tipos.

Um primeiro é o de natureza econômico-social ligado: às política de ajuste e de flexibilização da legislação trabalhista; às propostas de desmonte da seguridade social e de ataque às políticas sociais em geral; e à redução efetiva dos gastos em educação e saúde pública, cuja lógica aponta para a mercantilização dos serviços públicos. Embora ainda não tenham sido implementadas em sua totalidade, os efeitos dessas violências já se fazem presentes em todo Brasil, com o crescimento acentuado do desemprego, das desigualdades, da pobreza e da fome.

Essa configuração torna-se ainda mais nociva quando associada à proposta de segurança pública do atual governo, que busca o armamento da população civil e a flexibilização da liberdade de atirar. Não é difícil perceber quais serão os resultados da combinação de uma política econômica recessiva num quadro de estagnação prolongada e exclusão crescente, de um lado, com uma lógica de segurança pelas próprias mãos, de outro. Está-se promovendo, por iniciativa do próprio estado, na forma de políticas públicas, um contexto social que aponta, no limite, para um conflito generalizado, sob o risco de estilhaçamento da sociedade, em termos de sua população e seu território, como ocorre em tempos de guerra civil.

Um segundo tipo de violência são os ataques aos instrumentos de exercício da soberania do estado brasileiro e de promoção do desenvolvimento econômico. Desde 2016, patrocina-se o desmonte da Petrobrás, das cadeias produtivas ligadas à indústria de óleo e gás e à indústria naval; aliena-se a política de exploração de petróleo, de controle sobre produção, destino e preço; desmontam-se as empresas de engenharia nacional, responsáveis pelos mais amplos projetos de infra-estrutura do país; entregam-se empresas de setores estratégicos, de alta tecnologia, como a Embraer; há o esvaziamento e desmonte dos bancos públicos (Banco do Brasil, Caixa Econômica e BNDES), necessários ao financiamento do desenvolvimento econômico; promovem a asfixia das instituições federais de ensino e de fomento à pesquisa científica no país, as universidades públicas, a **Capes** e o CNPq; e há interferência nas atividades de instituições importante para o planejamento, como, por exemplo, o IBGE. Como resultado, o estado tornar-se-á incapaz de realizar políticas públicas em sentido amplo. Uma violência cujos efeitos se prolongarão por gerações.

Por fim, um terceiro tipo de violência incide mais diretamente sobre algumas das bases que estruturam a própria ideia de soberania. Podemos citar a negociação para entrega da base de Alcantara aos EUA, assumindo o risco de se permitir à maior potência do sistema instalar uma base militar dentro do território brasileiro; a proposta atual de uma política de exploração da Amazônia em parceria com os EUA; e a entrega das reservas de petróleo ainda não exploradas do pré-sal às empresas estrangeiras, sobretudo às estadunidenses. Insere-se também nesse quadro a recente ameaça do governo de asfixia e desmonte das forças armadas por meio de corte de gastos.

## Destruição como princípio de orientação estratégica

Nesse contexto, depreende-se que a violência estatal é generalizada, não refletindo exatamente um projeto específico dentro de um contexto de disputas entre diferentes forças no interior da sociedade. Por isso, o sentimento de perplexidade cresce. O projeto caracteriza-se pela destruição. Não se diz exatamente o que se pretende colocar no lugar do que se destrói.

O que explica, então, essa violência generalizada? Quando a destruição de instrumentos de soberania de um estado e o ataque à sua população, ao seu território e à sua estrutura produtiva se tornam objetivos de políticas públicas? Em última instância, faz sentido a percepção de uma ideologia da destruição como princípio de orientação da ação estratégica de uma autoridade central?

Do ponto de vista histórico, isso é muito característico dos processos de paz. Mais especificamente, dos processos de paz punitiva, quando ao término de um conflito as partes vencedoras arbitram as condições de vida do derrotado, impondo perdas territoriais, fragmentação da população, desarmamento, desestruturação econômica, dívidas de reparação, reordenamento político-jurídico-social e, no limite, saques, pilhagens, etc. Isso porque toda Paz é uma violência, um arbítrio, que reflete os interesses da parte vitoriosa contra a derrotada, num contexto de enorme assimetria de forças. Na história das guerras, a paz é uma violência do vencedor sobre o derrotado.

Nada muito diferente da filosofia humanista do filósofo Quincas Borbas, personagem Machadiano, segundo a qual, quando dois disputam recursos escassos, “A paz, nesse caso, é a destruição; a guerra é a conservação. Uma das tribos extermina a outra e recolhe os despojos. (...) Ao vencido, ódio ou compaixão; ao vencedor, as batatas.”[4]

## Casos históricos

Existiram alguns poucos casos de tratados de paz que se orientaram pela não punição, como em 1454, com o fim da Guerra de Trinta Anos Italiana e a assinatura da Paz de Lodi, preservando o Ducado de Milão; em 1815, com o fim das Guerras Napoleônicas e a assinatura do Tratado de Viena, preservando a França; e, a mais conhecida, com o fim da 2ª Guerra Mundial em 1945 e o início da Guerra Fria em 1947, a decisão de reconstruir a Alemanha e o Japão.

Em geral, em todos os demais casos, a paz foi o instrumento de violência do vencedor. Por exemplo, na Primeira Guerra do Ópio (1840-42), com a derrota chinesa para as forças britânicas, ficou definido, pelo Tratado de Nanquim de 1842, que: i) a Ilha de Hong-Kong passava a ser domínio inglês; ii) haveria a abertura de cinco portos; iii) o fim do monopólio da associação de mercadores chineses; e iv) a imposição de uma série de indenizações. A Segunda Guerra do Ópio seguiu a mesma dinâmica, com um novo tratado desigual, o de Tianjin (1858), ratificado na Convenção de Pequim em 1860, onde ficou definido, dentre outras coisas: i) a abertura de onze novos portos; ii) a concessão de extraterritorialidade aos estrangeiros europeus; e iii) a livre circulação de comerciantes no território chinês. Sobre o famoso Saque ao Palácio de Verão em 1860, Vitor Hugo, em carta ao capitão Butler, eternizou o sentido de uma paz punitiva. “Um dia, dois bandidos [Inglaterra e França] entraram no Palácio de Verão. Um saqueou, o outro incendiou. A vitória pode ser uma ladra, ao que parece. Uma devastação em grande estilo do Palácio de Verão, dividindo-se os benefícios e as responsabilidades entre os dois vencedores. (...) Grande feito, grande fortuna. (...) Nós, europeus, somos

os civilizados e, para nós, os chineses são os bárbaros. Eis o que a civilização fez à barbárie.”[5]

Na Primeira Guerra Mundial, a Alemanha foi derrotada e os termos da paz foram definidos no famoso Tratado Versalhes de 1919. Em sua segunda parte, redesenharam as fronteiras da Alemanha e, na terceira, determinaram as reparações territoriais como parte das compensações pelos prejuízos causados. Em outra parte do tratado, obrigaram a Alemanha a renunciar a todas suas colônias e territórios fora da Europa. Forçaram-na também a desmobilizar e reduzir expressivamente suas forças armadas. No famoso artigo 231, conhecido como a cláusula de culpa, a Alemanha precisou assumir a responsabilidade pelo conflito e, com base nela, impuseram pesadas dívidas de reparação de guerra em benefício dos vitoriosos, mantendo-a em situação econômica bastante vulnerável por muito anos. A violência da paz punitiva de Versalhes foi analisada de modo magnífico por John Maynard Keynes no livro *As Consequências Econômicas da Paz*. Em suas palavras, “As preocupações da Conferência, boas e más, se relacionavam com fronteiras e nacionalidades, (...) com o futuro enfraquecimento de um inimigo forte, com a vingança e a transferência pelos vitoriosos de um carga financeira insurportável para ombros dos vencidos.”[6]

Talvez o caso mais interessante para reflexão seja o fim da Guerra Fria e o desmonte da URSS em 1991. Como escrevemos em outra oportunidade,[7] não houve conflito direto, não houve nenhuma negociação sobre a nova ordem mundial, muito menos tratado de paz ou concertação internacional. O que ocorreu na prática foi uma disposição do vitorioso em punir o vencido. Segundo Putin, em entrevista a Oliver Stone,[8] com o desmembramento da antiga União Soviética, a Rússia perdeu 23,8% do território, 48,5% da população e 44,6% de sua capacidade militar. De acordo com Mazat,[9] o desmonte da economia russa ocorreu com base num programa de Terapia de Choque. O programa impunha uma política de liberalização dos preços, a abertura da economia russa, uma política econômica recessiva de forte controle de gasto e a privatização das empresas estatais. Ocasinou ao longo dos anos noventa uma violenta crise econômica e social: o PIB real caiu mais de 51% entre 1990-1998; o investimento, 81% entre 1991-1998; a produção agrícola, 45% entre 1992-1998; o salário real, 58% entre 1990-1999; e o número de pobres aumentou de 2% para 39% entre 1988-1995. Ademais, guerras separatistas, algumas fomentadas por potências estrangeiras, eclodiram em várias regiões do país.

Portanto, não é difícil perceber que a lógica dos processos de paz reflete uma violência orientada pelos interesses estratégicos dos vencedores, sobretudo os geopolíticos e geoeconômicos.

De volta ao Brasil

Podemos, então, revisitar a conjuntura nacional a partir de perguntas que reorientam o nosso olhar. Em primeiro lugar, teríamos vivido, sem ter muita consciência, tempos de guerra entre 2008-16? Uma guerra não convencional, híbrida, de 4º geração? Se sim, quais teriam sido as suas razões?

Uma boa pista para reflexão são os antagonismos com a maior potência do sistema internacional, criados ao longo dos governos Lula e Dilma. Nesse sentido, conforme discutido em outra oportunidade,[10] as iniciativas relacionadas ao Plano Nacional de Defesa (PND), à Estratégia Nacional de Defesa (END) e à UNASUL criaram um



antagonismo com a geoestratégica estadunidense para o hemisfério ocidental. “A PND e END alteraram estruturalmente a ênfase da agenda de segurança nacional. Em detrimento das ameaças internas como pautado pelos EUA desde a 2ª Guerra Mundial, priorizaram-se as ameaças externas e a busca por autonomia e controle de recursos naturais estratégicos (pré-sal e Amazônia). Implementaram-se políticas para (...) a cooperação com os países da região, seja a integração econômica regional (reformulação do Mercosul), seja uma agenda de segurança regional (criação da Unasul).” (op. cit.)

A este teria se somado um segundo antagonismo, relacionado ao petróleo. “A partir da confirmação, em 2007, de expressivas reservas de petróleo de considerável qualidade na região do pré-sal brasileiro, o governo Lula aprovou, em 2010, uma nova regulamentação das atividades nessa nova fronteira, colocando a Petrobrás ao centro do seu processo de exploração.” (op. cit.) Para agravar o quadro, o início da exploração do pré-sal em 2013, com o leilão do campo de Libra, deu-se em parceria com empresas chinesas em detrimento das estadunidenses.

Por fim, pode-se falar de um terceiro antagonismo no campo financeiro internacional. “A criação do Arranjo Contingente de Reservas (“FMI dos BRICS”) e do Novo Banco de Desenvolvimento (“Banco Mundial dos BRICS”) permitirá aos países com dificuldades em seus Balanço de Pagamentos o endividamento em moeda estrangeira fora da alçada de influência e do controle das instituições consagradas nos Acordos de 1944 [FMI e Banco Mundial].” (op. cit.). Com efeito, essas instituições perderão sua capacidade de enquadramento, por conta do fim do monopólio dos empréstimos de estabilização.

Assim, existindo razões para um conflito, faz sentido pensar que estivemos em guerra entre 2008-2016, que fomos derrotados em 2016 e que, desde então, estamos sob o arbítrio da maior potência do sistema? Vivemos hoje no Brasil uma paz punitiva? Se faz sentido a ideia de que vivemos de fato uma paz arbitrada a partir de Washington, como poderiam se recolocar os atores que antes se reconheciam em conflito dentro do país? Há espaço para o entendimento de um problema comum? Ou parte da própria estratégia arbitrada pelo vencedor é a de estimular cisões internas e comprometer a capacidade de a sociedade brasileira compreender as raízes da crise e os principais promotores e interessados na violência generalizada que incide sobre ela?

topo ↕

## **BRASIL DE FATO - TEMPO REAL**

### **Cortes de bolsas nas universidades impedirão pesquisa sobre novos medicamentos Estudantes desistem de doutorado e pós-doutorado após o corte de bolsas pelo atual governo**

“Para um medicamento ser descoberto é preciso pesquisa que pode demorar até dez anos. Todo medicamento que está na prateleira da farmácia começou na pesquisa básica nas universidades”, explica a Professora Dra. Maria Fernanda de Paula Verners, coordenadora do Programa de Pós graduação em Farmacologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Com o anúncio de cortes de bolsas pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, só na Farmacologia sete bolsas foram canceladas e entre elas uma de pós-doutorado. Ao todo, na UFPR, foram canceladas 127 bolsas. Atualmente, segundo Maria Fernanda, são vários os projetos de pesquisa em andamento voltados a descobertas de medicamentos que serão prejudicados com a desistência dos alunos que ficaram sem bolsas.

É o caso da aluna Tatiana Curi que passou na seleção de doutorado em Farmacologia do ano de 2019 e logo após soube dos cortes para bolsas de pós-graduação. Ela fez o curso de mestrado também em Farmacologia, com bolsa. “Eu fiz mestrado com bolsa porque na nossa área as nossas pesquisas demandam tempo e dedicação nos laboratórios e estudos. Agora, ainda estou aguardando com esperanças que isso seja revertido. Sem bolsa, é como se eu estivesse sendo demitida de um emprego. Dependo de uma mínima remuneração para poder pesquisar”. O valor mensal por estudante é de R\$ 1,5 mil no mestrado e R\$ 2,2 mil no doutorado.

## Retorno para a sociedade

Tatiana estuda na UFPR desde o Mestrado, em 2007, sobre toxicologia reprodutiva, isto é, os efeitos de variadas substâncias consumidas ou em contato com gestantes que podem trazer implicações no desenvolvimento do feto. “Eu estudo os ftalatos, que são compostos químicos usados principalmente como plastificantes e são encontrados em vários produtos no dia a dia, como garrafas, brinquedos, embalagens de alimentos e até mesmo em cosméticos e produtos pessoais. Este composto tem capacidade de inibir a produção da testosterona que no período de gestação é bastante importante”. No curso, Tatiana também integra um programa de pesquisa que vai até as Unidades de Saúde Básica, em Curitiba, e realiza pesquisas entre as gestantes que fazem uso do SUS, para avaliar e informar o nível de exposição a estes compostos tóxicos. “Analisamos a partir da coleta de urina e retornamos a elas com estas informações sobre os níveis de toxicidade no corpo”, explica.

## Sem bolsa, aluna de Santa Maria (RS) desiste do pós-doutorado na UFPR

A única bolsa de pós-doutorado do programa de Farmacologia também foi cortada pela **Capes**. Farmacêutica, mestre e doutora pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Quelen Iane Garlet foi a aluna selecionada para a vaga na UFPR e já desistiu por não ter condições de se manter em outro estado sem a bolsa. Sempre estudou compostos provenientes de plantas nativas na cura de doenças neurológicas. Sua pesquisa atual volta-se para os efeitos do canabidiol em doses pequenas nos tratamentos de ansiedade e depressão. “Uma pesquisa como essa demanda experimentos, validação e tempo de pesquisa. Minha pesquisa seria a única dentro do programa da UFPR e assim poderia contribuir com metodologias já desenvolvidas por mim”. Canabidiol (CBD) é o nome da substância extraída da Cannabis sativa, que vem já sendo utilizado para o tratamento de esquizofrenia, Parkinson, epilepsia, fobia social, transtorno do sono, entre outros, com eficácia comprovada.

## Sem a pesquisa básica das Universidades, muitos medicamentos nem existiriam

Maria Fernanda, coordenadora da pós-graduação em Farmacologia, diz que o programa que tem nota 5 pela **Capes**, nos últimos anos tem funcionado com cerca de 21 bolsas para mestrado, 24 bolsas de doutorado e uma para pós-doutorado. “Destas, perdemos sete e a de pós-doutorado que era a única. O que é uma perda muito grande para o curso. Pois um aluno de pós-doutorado traz novos conhecimentos para o programa”, explica. “Esses alunos quando são aprovados dependem de bolsas porque é necessária dedicação à pesquisa. Trata-se inclusive de exigência da própria **capes**”, diz.

A coordenadora explica que o impacto de perder bolsas traz menos qualidade e dificuldades no prosseguimento e avanço nas pesquisas sobre medicamentos. “Quem desenvolve grande parte das pesquisas hoje são os alunos de pós-graduação, orientados por seus professores. É importante que a população saiba que o medicamento que está na prateleira depende dessa pesquisa básica que acontece na Universidade. Essa pesquisa, que pode demorar mais de seis anos, vai mostrar através de experimentos se determinada substância terá um efeito benéfico ou não”

O programa tem como base a pesquisa científica básica que é aquela que vai nortear as descobertas para novas possibilidades de tratamentos para doenças que ainda não tem um tratamento estabelecido ou que os tratamentos atuais ainda causam muitos efeitos colaterais. Segundo Maria Fernanda, os estudos são voltados para novos medicamentos, validação de plantas medicinais como medicamentos e o estudo de tratamentos de doenças ligadas a toxicologia e neurociências, por exemplo. O programa que já existe há 19 anos, conta com 4 linhas de pesquisa: linha de produtos naturais, inflamação dor e febre, toxicologia e neurociências.

Entenda

Em nota, a **Capes** diz que o sistema para geração de folhas de pagamento "permaneceu fechado para ajuste da concessão de bolsas" neste mês, o que, na prática, significa o "recolhimento de bolsas que estavam à disposição das Instituições". A **Capes** afirma, ainda, não ter o número exato das bolsas recolhidas. A decisão impede que novos candidatos recebam bolsas que tinham verba já liberadas e previstas para 2019. Segundo a **Capes**, o bloqueio não atinge estudantes cujos mestrados e doutorados estão em andamento.

Edição: Laís Melo

topo 

## **BRASIL DE FATO - TEMPO REAL**

**“Desenvolvimento do PR será afetado com corte de bolsas em pesquisa”, diz pró-reitor**

**Mais de 120 bolsas foram cortadas só na UFPR, segundo levantamento da instituição.**

Desmonte da educação

Com o anúncio do corte de bolsas de pós-graduação nas universidades públicas de todo o Brasil, pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível**

**Superior (Capes)**, já se avalia o impacto negativo no desenvolvimento de pesquisas importantes para a população. De acordo com a **Capes**, 3.474 bolsas de pesquisa serão retidas. Na Universidade Federal do Paraná, uma das mais antigas do Brasil, mais de 100 bolsas foram cortadas. Em entrevista para o Brasil de Fato Paraná, o Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação, Professor Dr. Francisco de Assis Mendonça, diz que é preciso urgentemente entender que pesquisa é feita para contribuir com o desenvolvimento do país, dos estados e das cidades.

Confira a entrevista:

BdF-PR - Após os cortes anunciados pela **Capes**, qual é a situação atual dentro da



UFPR no que se refere à pesquisa ?

Aqui na UFPR, levantamos que ficaremos sem 127 bolsas de pós-graduação. O impacto geral na educação brasileira vem através, primeiramente do corte de 30% do orçamento geral das Universidades, o que desembocou essas mobilizações e apoios à Universidade por importantes instituições e lideranças políticas. Depois, logo em seguida temos o anúncio das cortes de bolsas voltadas à pesquisa. O que foi anunciado é um corte das bolsas que ficam entre o término do curso por um aluno até a entrada de outro. Não se tratam de bolsas ociosas porque elas devem ir para o próximo pesquisador, de um ano para o outro. Geralmente, o curso já sabe o número de bolsas que pode oferecer aos alunos que acabam participando das seleções tendo em vista a possibilidade de ter este incentivo. As bolsas ficam sem dono num período mínimo de três meses até que nova seleção aconteça.

Desde o anúncio do corte até agora, existe alguma nova informação?

A **Capes**, na sexta-feira passada, divulgou uma nota dizendo que a medida poderia ser revista, informando que os cursos de avaliação 7 e 6, podem continuar com as bolsas. Os cortes, portanto, se manteriam nos cursos de nota 5, 4 e 3.

Há algum levantamento de desistências de alunos que passaram nas seleções dos programas de pós-doutorado?

Não temos este levantamento institucional, mas acredito que possa acontecer sim. Temos muitos alunos que são de fora do Paraná, de outras cidades e até do exterior, e que não tem como se manter sem a bolsa. A UFPR é bastante procurada e sempre pudemos acolher com qualidade estes estudantes.

De que forma as pessoas podem compreender como este corte impacta na vida delas ?

Impacta de muitas formas, a saber que as pesquisas desenvolvidas dentro de uma universidade pública se relacionam com todas as áreas de conhecimento que se ligam ao setor produtivo, ao cotidiano, à saúde, entre outros. Vamos dar aqui um exemplo da saúde. O Hospital de Clínicas que atende pessoas do país inteiro e de fora do Brasil, tem vários cursos de pós graduação ligados a ele, que inserem alunos e professores junto aos profissionais que trabalham diretamente com os pacientes. Se não temos recursos para pesquisa destes, impacta no desenvolvimento de tratamentos importantes e que são de excelência no Brasil. É por causa do recurso em pesquisa que o Hospital de Clínicas é conhecido como referência em transplante de medula óssea.

Estou falando só de saúde, mas existe um número muito grande de outros projetos de pesquisa em diferentes áreas que impactam diretamente a população. Portanto, uma vez que há corte de recursos para a pesquisa, isso prejudica o desenvolvimento do estado do Paraná, em setores do meio ambiente, saúde, educação, engenharia, etc. Além disso, não podemos esquecer da formação de estudantes que vão para a sociedade dar o retorno qualificado depois de 3 a 4 anos de pesquisas.

Edição: Laís Melo

[topo](#)

**GOVERNO DO GOIÁS - NOTÍCIAS**

## **Lacen contribui com pesquisa da Fiocruz sobre arbovírus**

### **Profissionais goianos foram capacitados para realizar sequenciamento genético de oito tipos de vírus, como dengue, zika, chikungunya, entre outros**

Pesquisadores da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), que trabalham em análises moleculares para a identificação de vírus, estiveram no Laboratório Estadual de Saúde Pública Dr. Giovanni Cysneiros (Lacen-GO), em Goiânia, entre os dias 22 e 24 de maio. Os cientistas trouxeram para a capital a tecnologia de sequenciamento genético para mapear os arbovírus circulantes no Centro-Oeste do País, tais como dengue, zika e chikungunya.

Unidade da Secretaria de Estado da Saúde de Goiás (SES-GO), o Lacen cedeu o estacionamento para o laboratório móvel da Fiocruz, além de partilhar a bancada de seus laboratórios, amostras de vetores e de testes positivos e negativos de zika realizados em pacientes de Goiás. “Além da contribuição científica, estreitamos laços com a Fiocruz, unidade de referência nacional, para avaliarmos a possibilidade de, futuramente, termos capacidade de reproduzir análise deste tipo que eles estão realizando no projeto Zibra”, afirma o diretor-geral do Lacen, Vinicius Lemes da Silva.

O projeto Zibra 2: mapeamento genético do Zika e outros arbovírus no Brasil percorrerá cerca de 12 mil quilômetros do Centro-Oeste, até o dia 27 de maio. Já passou pelo Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e, nesta próxima semana, chegará ao Distrito Federal. Os pesquisadores pretendem sequenciar cerca de 400 amostras que foram positivas para pelo menos um dos oito vírus transmitidos pelos mosquitos mais relevantes na região: dengue, zika, chikungunya, febre amarela, mayaro, oropouche, encefalite de São Luís e febre do oeste do Nilo.

#### **Linhagem viral**

Por meio do sequenciamento genético, os cientistas pretendem identificar a origem dos vírus, data provável de entrada em território brasileiro, rota e velocidade de expansão, linhagem viral e cálculo do risco de transmissibilidade. “Os resultados desse trabalho permitirão que tenhamos informações que poderão estabelecer mudanças na vigilância epidemiológica do País, e nosso Estado participará desse processo”, afirma Vinicius.

O pesquisador do Laboratório de Flavivírus do Instituto Oswaldo Cruz e líder da pesquisa, Luiz Alcântara, apresentou os dados da pesquisa para os técnicos do Lacen e ressaltou que esse trabalho, que capacita os laboratórios centrais de alguns Estados, permite interação e aprimoramento de técnicas que diagnosticam os vírus mais relevantes do Centro-Oeste. “Estamos aqui para que os profissionais tenham acesso a essa pesquisa e possam tirar dúvidas sobre o diagnóstico de doenças comuns aqui em Goiás, como a dengue, zika e chikungunya”, esclarece.

A iniciativa tem financiamento do Departamento de Ciência e Tecnologia (Decit) e da Secretaria de Vigilância e Saúde (SVS), ambos do Ministério da Saúde; da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas/OMS), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**.

#### **Breve histórico**

O projeto Zibra teve início em 2016, após a decretação da emergência sanitária provocada pelo vírus zika. Após atuarem nas Regiões Norte (Amazonas e Roraima), Nordeste (Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Pernambuco e Bahia) e Sudeste (São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais), além das atividades no Paraguai e em Angola, os cientistas já conseguiram realizar o sequenciamento completo de 180 genomas do vírus zika, 260 de febre amarela, 120 de chikungunya e 60 de dengue.

Mais informações: (62) 3201-3784 / 3201-3816 / 3201-3811  
Comunicação Setorial da Secretaria de Estado da Saúde de Goiás

topo ↕

## JC ONLINE - TEMPO REAL

### Semana decisiva para as universidades federais

**Expectativa dos reitores é de que haja liberação de recursos por parte do MEC.**

**Haverá atos quinta-feira (30) no Recife e em outras capitais**

Esta última semana de maio começou cercada de expectativa por parte dos reitores das universidades federais. Com contratos prestes a vencer e contas para pagar, os dirigentes das instituições de ensino esperam que o governo federal repasse, até sexta-feira (31), a segunda cota do orçamento previsto para custeio. De janeiro até agora foram liberados 40% do montante previsto para cada universidade. Dos 60% que restam, o Ministério da Educação (MEC) bloqueou, no começo do mês, 30% desses recursos.

Quinta-feira (30) está programado mais um grande ato, em todo o Brasil, organizado por estudantes, para pressionar a União a rever os cortes. No Recife, o Segundo Dia Nacional em Defesa da Educação ocorrerá, novamente, na Rua da Aurora, no Centro, a partir das 15h. Também na quinta-feira haverá o Dia D da Educação, promovido pelas Universidades Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Federal de Pernambuco (UFPE) e a Universidade de Pernambuco (UPE), com atividades de diálogo e sensibilização em praças, ruas, semáforos, terminais integrados de passageiros, entre outros espaços públicos.

No dia anterior (29), representantes da bancada pernambucana de deputados e senadores do Congresso Nacional devem se reunir com o ministro da Educação, Abraham Weintraub, em Brasília. O tema da reunião não poderia ser outro: a diminuição das verbas para as três universidades e dois institutos de Pernambuco (UFPE, UFRPE, Univasf, IFPE e IF do Sertão), que somam R\$ 130 milhões. O encontro, marcado para 12h30, no MEC, terá a participação dos reitores do Estado.

“Estamos perplexos com a situação e bastante preocupados. Não há nenhuma sinalização do MEC sobre a revisão do contingenciamento. Precisamos de cerca de R\$ 5 milhões até sexta-feira para pagar conta de energia e os terceirizados, além de outras despesas. Mas só dispomos, no momento, de R\$ 1,5 milhão”, explica o pró-reitor de Administração da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Mozart Melo de Oliveira.

São cerca de 20 mil pessoas na comunidade universitária na Rural, entre alunos, professores, funcionários e contratados. Há quatro câmpus (Recife, Cabo de Santo Agostinho, Garanhuns e Serra Talhada), o colégio agrícola Codai (em São Lourenço da Mata) e oito estações avançadas no Estado.

A UFRPE teve R\$ 27 milhões bloqueados. Um dos primeiros impactos foi a demissão



de 110 terceirizados (26 vigilantes, 19 recepcionistas, 25 pessoas da limpeza, entre outros profissionais). “A conta de energia dá em média R\$ 900 mil por mês. Com os contratos são cerca de R\$ 4 milhões mensais. Se não houver nova liberação de recursos do governo vamos ter que escolher o que pagar. Sem energia, a universidade não funciona e perderá importantes pesquisas científicas”, destaca Mozart.

topo ↕

## REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA - TEMPO REAL

### Britannica Escola abre página no YouTube

Parceria entre a CAPES e a Encyclopædia Britannica, o portal Britannica Escola está com uma página no YouTube, onde veicula conteúdos diversos com temática voltada para professores e alunos. Os assuntos são preparados de forma didática e podem ser usados em sala de aula.

Magela Lindner, pedagoga responsável pelas capacitações online e presenciais do Britannica Escola, explica que o material, preparado por uma produtora brasileira, é apresentado pela youtuber Nathalia Garcia: “Ela usa uma linguagem adequada às novas gerações e está produzindo os vídeos para que possamos dinamizar e dar vida ao conteúdo do portal”.

A pedagoga convida os alunos e professores para curtirem a página do canal no YouTube e incentiva a levar para a sala de aula diversão e animação com conteúdo de qualidade.

### Britannica Escola

O portal é uma plataforma de ensino e aprendizagem, que oferece gratuitamente conteúdo de referência para professores e alunos do ensino fundamental.

### Redação CCS/CAPES

topo ↕

## G1 - TEMPO REAL

**Profissionais da educação de MT entram em greve por tempo indeterminado. Ao todo, cerca de 40 mil profissionais devem parar as atividades. A rede possui mais de 390 mil estudantes. A greve foi aprovada em assembleia geral realizada no dia 20 de maio.**

Os profissionais da educação de Mato Grosso entraram em greve, nesta segunda-feira (27), por tempo indeterminado. A greve foi aprovada em assembleia geral realizada no dia 20 de maio, em Cuiabá.

Um balanço da adesão ao movimento grevista ainda deve ser divulgado, segundo o presidente do Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público de Mato Grosso (Sintep-MT), Valdeir Pereira.

Entre as pautas de reivindicação está o chamamento de concursado para as vagas livre, cumprimento da Lei nº 510/2013 e o pagamento dos restos a pagar da RGA de 2018 para assegurar Lei da Dobra do Poder de Compras dos profissionais da Educação.

"A política salarial dos educadores foi conquistada com muita luta, mas ainda não conseguimos mudar a realidade de sermos o pior salário entre as carreiras do executivo estadual", destacou o sindicato.

# CLIPPING



Ao todo, cerca de 40 mil profissionais devem parar as atividades. A rede possui mais de 390 mil estudantes.

"Nossa luta segue para mudar o que está ocorrendo no ano letivo de 2019, quando, em maio, a maioria das escolas ainda não tem seu quadro de pessoal completo para atendimento dos estudantes. Faltam professores e funcionários, isso sem contar outros direitos que são negados para os estudantes", completou o Sintep.

